

# Aconchegue

Abrigo Institucional para  
Adolescentes em Situação de Rua



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL  
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO - FAU  
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

**Karina Liberato Pereira**

**ACONCHEGUE: ABRIGO INSTITUCIONAL PARA ADOLESCENTES EM  
SITUAÇÃO DE RUA - SEDE FEMININA**

Orientadora: Adriana Guimarães Duarte

MACEIÓ

2024



**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecária: Girlaine da Silva Santos – CRB-4 – 1127

P436a Pereira, Karina Liberato.

Aconchegue: abrigo institucional para adolescentes em situação de rua - sede feminina / Karina Liberato Pereira. – 2024.

107 f.

Orientadora: Adriana Guimarães Duarte.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Arquitetura e Urbanismo)  
– Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.  
Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 102 - 107.

1. Arquitetura- Preservação. 2. Abrigo para jovens. 3. Edifício- Conservação e restauração. I. Título.

CDU: 721(813.5)

## Agradecimentos

Honestamente, não sei por onde começar os agradecimentos, então comecei com um clichê: não sei por onde começar. Esse é um momento que mais vezes do que posso contar ao longo do curso, e até antes dele, achei que não chegaria. Trabalho Final de Graduação. Fim de uma Era na minha vida, anos que moldaram quem sou hoje, aos quais sou extremamente grata, apesar dos calos e cicatrizes – tanto físicos como emocionais. É verdade a máxima de “é fácil ingressar na faculdade, difícil mesmo é sair”. Algumas páginas jamais expressarão o quanto sou grata aos que foram meu alicerce nessa incrível e por vezes sofrida etapa. Então fica aqui registrada uma demonstração de meu carinho a todos que me trouxeram aqui, aos que conheci pelo caminho, os que vieram para ficar, e aos que continuarão eternamente no meu coração.

À minha avó Marinice, minha segunda mãe, casa, aconchego. Vovó, a Sra. não vai ler isso, mas a senhora sempre soube o quanto eu te amo, manteiguinha derretida que chorava de felicidade toda vez que lhe dizia isso. Me deu forças, me chamava de corajosa por morar fora e se dizia medrosa, mal sabendo que sem a senhora na minha base eu jamais teria feito metade do que fiz até hoje. Amava desenhar para ti, e contigo. Pintava no que tinha com o que tinha, vários vasos memoráveis pintados com esmalte de unhas. Eu achava algo incrível e estranho, e a senhora, com seu cabelo roxo e sorriso frouxo, foi minha primeira referência, o molhar dos pés no mundo criativo. Meu exemplo também de mulher. Forte, sensível, engraçada, resiliente, rígida, carinhosa. Bisa, vó, mãe, importante para tantas gerações, madrinha de tantos, sua marca nesse mundo reverberará para sempre. Sua neta preferida está se formando, e uma das maiores tristezas da minha vida é saber que a senhora não está aqui para ver esse momento. Muito obrigada por tudo. Bença.

Ao vovô Jonas. Um verdadeiro pai na minha vida. Fico feliz de ter herdado seu humor, sarcástico sem machucar, nunca às custas de ninguém. Suas frases icônicas ficarão para sempre com um gosto levemente amargo de saber que não te ouvirei dizê-las de novo. Obrigada por cuidar tão bem de mim, em tantas noites em que mainha tinha que trabalhar. Tenho muita sorte de ter tido seu Jonas e dona Marinice como abrigo, ter crescido na casa geminada que apesar de um forno, tanto amei. Dezenas de manhãs quentes passadas na cozinha e um café da manhã

farto, depois do vovô ter ido aproximadamente 32x seguidas ao mercado, depois de vovó lembrar sempre de algo assim que o senhor chegava em casa e tirava o chapéu. Antes de dormir, o senhor colhia folhas e flores de cidreira no quintal e fazia chá. Essa era minha hora preferida do dia, tomar chá com o senhor e conversar. Rir. Estar junto. Queria poder lhe contar da minha formatura, entre uma cidreira e hortelã. Aspiro ser mais como você, sua rotina rigorosa (exceto a parte de varrer a calçada às 5h da manhã), mão firme e coração leve. Sinto muito sua falta vovô. Obrigada por tudo. Bença.

À mainha. Muito obrigada. Maria Gorete, a primeira pessoa a me apoiar para fazer arquitetura. Aceitou tranquilamente que eu não faria medicina ou engenharia, sabia que eu tentaria ser a melhor independente do curso que estivesse. Me deu o foco que eu precisava, me fazendo olhar só para o orgulho em seus olhos. Mesmo sabendo que seria o curso certo para mim, não comemorei quando passei. Achava um feito muito abaixo da média para ser celebrado, mas a senhora comemorou minha entrada na FAU, algo que até hoje nunca fiz.

Obrigada por se animar com meu futuro, por me apoiar em cada etapa, fazer de tudo ao seu alcance para que eu estivesse confortável mesmo quando estava aqui sozinha. Esteve comigo da primeira maquete à última prova, na escolha do tema deste trabalho, sempre demonstrando empolgação e interesse que eu mesma só adquiri anos depois. Obrigada por nunca tentar me forçar a cumprir um ideal seu de sucesso profissional. Minha mãe, por vezes pai, médica, psicóloga, cantora, rocha, porto, obrigada. Ah, antes que eu esqueça, bença, mainha.

Ao Loki. Desde o comecinho comigo, virou noites e se tornou parte integral de minhas equipes. O 3º elemento em todas as minhas duplas. O tempo todo atrás do computador, cochilando pacientemente, pedindo atenção, me julgando pesado com seu olhar brabo, mas sendo dengosinho e indo dormir somente comigo. O melhor gatinho que eu poderia ter tido. Comigo em todas as crises de ansiedade, me acalmando com seu ronronar e olharzinho pidão. Meu nonó, eu consegui. Te amo para sempre.

À minha primeira dupla, Marcelo, bambino, obrigada. Tão rápido se tornou meu melhor amigo, inseparáveis na faculdade, homem sereia e mexilhãozinho. Todo de preto e indo a pé comigo na subway por um cookie. O primeiro que vi na FAU, foi de conhecido a dupla de projeto a amigo. Quis me matar apenas em uma

ocasião, algo que outras duplas talvez não possam dizer, e vice-versa. Nada une mais duas pessoas do que ódios em comum, obrigada por julgar e fofocar comigo e não sobre mim. Pela disposição em ajudar em tantas esferas da minha vida. Pelos conselhos que não ouvi e me arrependi, pelos que ouvi e realmente sou grata. Por me chamar de troxa quando necessário. Obrigada por jamais surtar (pelo menos exteriormente), me ajudando a manter a calma em um território completamente novo que foi e sempre será a arquitetura. Obrigada. Por tudo.

À minha dupla final, Danilo, Dan. Depois de passar por muitas duplas quem diria que encontraria alguém tão complementar, em personalidade e estilo arquitetônico. Obrigada por me forçar a dormir, sem virar noites e sem dar minha saúde por projetos que sabemos nunca ficar perfeitos. Obrigada pela amizade fora da FAU, todas as memórias, por me ajudar nesse TFG, se enfiando em um matagal de 1m de altura para o levantamento, pelos conselhos que segui e que não segui e me arrependi. Pela força absurda nos 45 do 2º tempo e por toda a ajuda. Obrigada, dupla. Desculpa te viciar em café.

Ao André, por me dar uma visão prática da profissão, me desprender do perfeccionismo, ou tentar, pela ajuda como dupla, pelos conselhos e apoio absurdos como amigo e por reconhecer meu trabalho. À Val, por urbanismo. Meu deus. Obrigada. Ao Ítalo, pela amizade, por tão prontamente ir comigo fazer o levantamento cadastral parte desse TFG, por me ouvir surtar tanto, por manter a amizade mesmo com a vida nos deixando tão distantes.

À tia Santinha, que me pediu para conquistar tudo aquilo que não conseguiu, me motivando tanto com uma simples frase e enxoval para quando eu voar para o futuro. Obrigada por manter a tradição de vovó e todo aniversário ligar para mim cantando parabéns. É algo que aprecio além da sua imaginação, muito obrigada. À madrinha e padrinho, aos primos Maycol, João e Arthur, pelo apoio. Ao meu pai pelo apoio lá do interior, e à minha irmã mais nova, Lorena, por me considerar um exemplo e me fazer querer merecer sua admiração.

À Mirella, que me acompanha desde o comecinho do curso, está vendo esse projeto nascer depois de muito sacrifício. Obrigada por tudo. Por me ensinar a sair de episódios de pânico, por me ajudar a encontrar um caminho mais leve e saudável, pelos anos de terapia que honestamente me fizeram ainda estar aqui.

Ao GATU, grupo de pesquisa que me apresentou formalmente ao mundo acadêmico e me mostrou a importância da pesquisa, mesmo não tendo sido a área que escolhi seguir, foi parte importante em minha formação, conforto é parte integral do meu planejamento e projetos.

À GIGANTESCA Noêmia. Noêmia, sem você a FAU pára completamente. Durante todo o curso foi quem me ajudou em cada questão burocrática, respondendo e-mails e dúvidas quase instantaneamente, não houve sequer fim de semana que a impedisse de me tirar dúvidas e sanar meu coração. Resolveu toda a minha grade curricular e tirou toda minha dor de cabeça em dezenas de formulários. Obrigada pelas matrículas vínculo. Obrigada pelo apoio, assinaturas bonitinhas em e-mails que mandei desesperada, por ser uma constante tão confiável.

À família N3AU, por tornar o estágio obrigatório algo mais leve.

Ao Daniel, por acreditar em mim. Sequer por um segundo me deixou achar que eu não conseguiria. A firmeza com que disse que vou conseguir tudo aquilo que me dispôr a fazer me faz acreditar que vou mesmo. Obrigada pelo carinho e por me ouvir. Acho muito significativo a primeira vez que nos encontramos ter sido para ir ao Jaraguá, tirar foto de edificações. Você esteve atrelado a esse projeto desde o começo. Obrigada por ir comigo tantas outras vezes, sob chuva, sol e ouvindo meus devaneios sobre a história local. Obrigada pelas lições de vida. Pelo aconchego.

À minha orientadora, Adriana Guimarães, por acreditar em mim e na relevância desse trabalho. Obrigada por me apresentar ao restauro de maneira tão encantadora, ser tão amorzinho, me reascender o amor por arquitetura em uma época que não tive certeza se esse era o curso certo para mim. Por me apoiar ao longo desse trabalho e me dar a certeza de que estará aqui no meu futuro.

À banca, Dri, Carol Gonçalves e Ju Batista, as maiores fofinhas da FAU, por cada correção e comentário, por engajar e acreditar nesse projeto, por aceitar fazer parte ativamente dessa porção tão importante na minha vida. Seus comentários frearam minha megalomania e por isso muito obrigada

## Resumo

Este trabalho acadêmico tem por objetivo realizar intervenção de restauro a nível de anteprojeto no antigo Banco de Londres, conhecido à época como *London & Riverplate Bank Limited*, localizado no bairro de Jaraguá, uma Zona Especial de Preservação (ZEP) em Maceió/AL, buscando cumprir com a responsabilidade de atender a seu novo propósito, um Abrigo Institucional de nome “Aconchegue” para adolescentes em situação de rua, considerando as necessidades específicas do público-alvo. A escolha do bairro, outrora densamente habitado, se baseia no potencial do local, apesar do declínio instaurado a partir do século XIX que perdura até os dias atuais de forma agravada pelas tentativas infrutíferas de revitalização locais. A escassez de habitações nessa porção do bairro gera áreas inseguras fora do horário comercial, sendo o local majoritariamente inabitado aos finais de semana. O projeto Aconchegue introduz de forma fixa um público entre 12 e 18 anos à área, visando movimentá-la e atribuir às adolescentes suporte no qual possam se desenvolver com liberdade. Para tanto, fez-se uso de diretrizes definidas por entidades governamentais como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e recomendações de Organizações Não Governamentais (ONGs), em relação ao mínimo necessário para que cada espaço esteja otimizado e confortável para a demanda física e emocional dessas jovens, as quais urgem por uma base sólida em que possam confiar, em uma tentativa de retirar em parte o peso e desconfiança carregado pelo termo “instituição”, além de respeitar a legislação vigente relativa à reabilitação de um centro histórico. O projeto desenvolveu-se de forma a respeitar a importância histórico-cultural do contexto, com a construção de linha do tempo do bairro e revisão de literatura relacionados ao mesmo, sujeito a rígido controle de suas intervenções, e ao público-alvo, a partir do qual evolui as diretrizes para o abrigo, sendo estes a segurança, integração e permeabilidade entre ambientes, e liberdade para que as residentes possam aclimar-se à vida fora das ruas de forma natural. Ao final o projeto dispõe de área comunitária no primeiro pavimento, com biblioteca, salas reservadas flexíveis, oficinas profissionalizantes, cozinha coletiva e auditório, além áreas para exposição, jardim interno e banheiros. No pavimento superior, restrito a moradoras, copa, quartos com capacidade de até 2 residentes, vestiários e área comum. Dessa forma, a aptidão residencial funde-se com seu potencial social, dando novo propósito à edificação sem descaracterizar em maior grau a edificação. O trabalho como um todo possui também o intuito de iniciar debates sobre a utilização de edifícios históricos com o objetivo de agir na estrutura da cidade, dando-lhes novos usos, para que ajam de forma mais ativa pelos seus habitantes, em especial àqueles com menos oportunidades.

**Palavras-chave:** Restauro. Projeto de Reabilitação. Abrigo Institucional.

## Abstract

This academic work aims to perform, at the level of preliminary design, a restoration intervention in the former Bank of London, known at the time as London & Riverplate Bank Limited, located in the neighborhood of Jaraguá, a Special Preservation Zone (ZEP) in Maceió/AL, seeking to fulfill the responsibility to meet its new purpose, an Institutional Shelter for teenagers in street situation, named "Aconchegue", considering the specific needs of the target audience. The choice of the location, once densely inhabited, is based on the potential seen in it, despite the decay that began in the 19th century and continues until today, aggravated by unsuccessful attempts of local revitalization. The scarceness of housing in this portion of the neighborhood creates unsafe areas outside of business hours, being the site mostly uninhabited on weekends. The Aconchegue project introduces a public between the ages of 12 and 18 to the region on a permanent basis, with the aim of reviving the area and giving the adolescents a solid base in which they can develop freely. To do so, guidelines established by governmental entities such as the Statute of the Children and Adolescents (ECA) were used, as well as recommendations from NGOs regarding the minimum necessary for each space to be optimized and comfortable for the physical and emotional demands of these young people, who are urging for a solid base in which they can trust, in an effort to remove some of the weight and mistrust carried by the term "institution", in addition to respecting the legislation in force regarding the rehabilitation of a historical center. The project was developed in a way to respect the historical and cultural relevance of the context, with the construction of a neighborhood timeline and literature review related to the area, under strict control of its interventions, and to the targeted audience, from which the guidelines for the shelter evolve, them being safety, integration and permeability between environments, and freedom to allow the residents to acclimate to life off the streets in a natural way. The project provides a community area on the first floor, including a library, flexible reserved rooms, training workshops, a collective kitchen, and an auditorium, as well as areas for exhibitions, an internal garden, and bathrooms. On the upper floor, restricted to female residents, there is a pantry, rooms with capacity for up to two residents, lockers, and a communal area. Thus, the residential aptitude merges with the building's social potential, giving a new purpose to the edification without de-characterizing it to a greater degree. The work also has the intention of starting debates about the use of historic buildings with the purpose of acting in the city's infrastructure, lending them new uses, so they can have a more active role on behalf of their inhabitants, especially those with fewer opportunities.

**Keywords:** Restoration. Rehabilitation Project. Institutional Shelter.

# Sumário

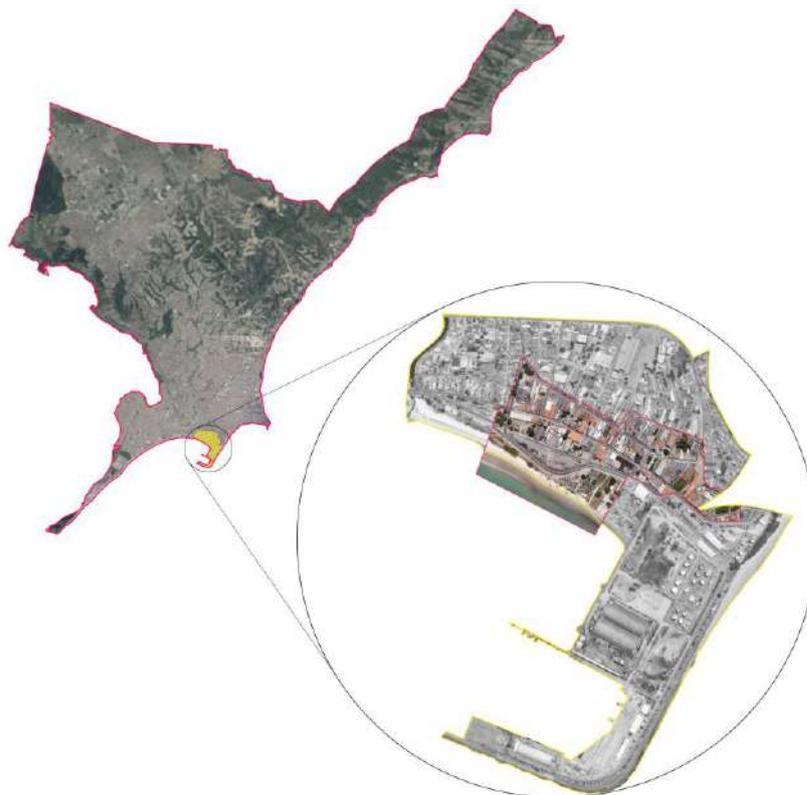
Introdução - Tema, objetivos e metodologia.....	12
1. Da capitania aos dias atuais.....	5
1.1 - Tentativa de implantação a partir do século XVII.....	5
1.2 - Século XIX à consolidação da cidade.....	9
1.3 - Maceió prospera no século XX.....	17
1.4 - Dias atuais: contexto e mapa de uso e ocupação.....	31
2. Público-alvo.....	43
2.1 - Adolescentes em situação de rua: quem são e abordagem.....	43
2.2 - Público de risco, família e abrigos institucionais.....	52
3. Projeto Abrigo Aconchegue.....	55
3.1 - Definição e princípios norteadores.....	55
3.2 - Mapeamento de danos e prognóstico.....	68
3.3 - Abrigo Aconchegue: o projeto.....	73
4. Referências.....	89

# Introdução

Este Trabalho Final de Graduação tem por motivação inicial a admiração pelo bairro portuário de Maceió, considerada sua importância histórica, econômica, urbanística, artística, arquitetônica e até pessoal. O bairro do Jaraguá é considerado pelo Plano Diretor (MACEIÓ, 2005) da cidade como uma das três Zonas Especiais de Preservação (ZEPs), tendo sido vital para a consolidação local como capital da província das Alagoas no século XIX. Um dos pré-requisitos para sobrevivência de uma capitania consistia na existência de um porto, acompanhado de bons lugares para agropecuária e agricultura, tendo para última sido escolhido o plantio de cana-de-açúcar na várzea (Dantas, C. L., 2011).

O encanto pelo bairro se fortaleceu quando unido a um particular fascínio pela disciplina de restauro, ministrada pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Adriana Guimarães. Esse apreço pela temática resultou na aspiração por aprofundar conhecimentos sobre os monumentos históricos locais. O restauro, aliado às questões sociais, acresce as chances de preservação a longo prazo, indo de encontro à lógica de renovação de centros históricos para fins turísticos, movimento que acaba por findar seu potencial econômico, social e utilitário (Sant'anna, 2010). Dessa junção irrompe o objetivo geral deste Trabalho Final de Graduação (TFG), desenvolver um anteprojeto arquitetônico que seja capaz de unir a teoria da restauração à preservação do patrimônio histórico. O Jaraguá é, até então, classificado como Zona Especial de Preservação Cultural 1 (ZEP-1), e em seu contingente está o Setor de Preservação Rigorosa 01 (SPR-1), tendo sido esta, junto ao porto, o local acima mencionado como elemento importante na consolidação e crescimento econômico da cidade. Nessa conjuntura, o SPR-1 foi então a subárea escolhida para local o objeto de estudo.

Figura 1: Mapa da cidade de Maceió, com o bairro Jaraguá em amarelo e o SPR-1 em evidência na direita



Fonte: elaborado pela autora, 2022

Ao incorporar ao contexto atual um novo uso, espera-se instigar a dinamicidade social necessária para a permanência da população hoje existente nos arredores, assim como a inserção de novas. Fora constatado em visitas realizadas *in loco* a ocupação local por parte de desabrigados, de modo que o estudo em questão propõe, por meio do incentivo ao uso misto das edificações ociosas situadas no entorno, atuar como rede socioassistencial, sendo esse seu novo propósito, amparar essa população e conseqüentemente a ocupação dos imóveis ociosos. Ademais, seria necessária a escolha do tipo específico dentre os quatro existentes – Casa Lar, República, Família Acolhedora, e a escolhida, Abrigo Institucional (Instituto Fazenda História, 2018). Dentre as categorias possíveis, a escolhida é a que acomoda maior número de residentes para a faixa etária escolhida, no caso jovens adolescentes.

A restrição de idade é necessária para a segurança dos indivíduos e protegida pelo Estatuto da Criança e Adolescente (ECA). O Estatuto não só fiscaliza e regulamenta os direitos, como também as condições mínimas necessárias para a entrada de uma pessoa no sistema, tendo em vista que essa transferência para estado de acolhimento é feita apenas como última medida, considerando que

antes de lhes garantir direito à abrigo institucional, o ECA (Art. 23) concede preferência à família do jovem, em tentativa de mantê-lo no contexto conhecido de origem. Dentre definições de diferentes autores a idade de início e fim da adolescência varia, no presente texto será considerada àquela definida pelo ECA, entre 10 e 18 anos (Brasil, 1990). Além dessa população ter sido observada no Setor tanto em dias úteis quanto aos finais de semana, seria mutuamente benéfica sua estadia; o SPR-1 adquiriria movimentação em horários usualmente esvaziados, e as adolescentes dos equipamentos existentes no entorno, como bancos, delegacia de polícia, restaurantes e comércio.

Com a amostra populacional e o bairro escolhidos, restava escolher a edificação exata em que o projeto seria estabelecido. Como citado anteriormente, há certo grau de escolha no que diz respeito a ociosidade na edificação, seja por estar no mercado imobiliário, seja por estar em processo de arruinamento.

A rua Sá e Albuquerque é, em teoria, uma das mais protegidas no aspecto conservacional tanto pelo Plano Diretor (PD) quanto por leis específicas, para que seus imóveis não sejam descaracterizados. Mesmo assim, como o exemplo na Figura 2, possui edificações ociosas e em estado precário, um padrão repetido ao longo de toda sua extensão. Tal ocorrência muda a ótica dos moradores da cidade em relação a ela, a propagação da sensação de insegurança e desconforto a quem a habita fora dos horários comerciais. O potencial da rua pode ser percebido durante a semana, momento no qual os estabelecimentos comerciais e serviços nela instalados demonstram a vivacidade que poderia existir – e já existiu –, também aos finais de semana e durante a noite, inclinando alguns espaços, como o aqui proposto, para habitação, assim diversificando usos e intervalos em que haveria movimentação. Respeitando a legislação e ideais da restauração, edificações com as características mencionadas seriam reocupadas em prol dos habitantes, e aquelas demarcadas, além disso, como monumento, preservariam ou teriam restauradas suas fachadas existentes. Um exemplo de edificação com valor histórico da rua é o Trapiche Segundo (Figuras 2 e 3), atualmente com apenas a fachada, ainda que entaipada, original.

Figura 2: Trapiche Segundo, com aberturas entaipadas, rua Sá e Albuquerque



Fonte: elaborado pela autora, 2022

Figura 3: Vista lateral evidenciando a existência apenas da fachada e paredes laterais



Fonte: elaborado pela autora, 2022

O abrigo, “Aconchegue”, serviria a esse propósito, contendo em si o vocativo lido “chêgue”, forma carinhosamente nordestina de convidar alguém a entrar. Seria em específico uma instituição voltada para adolescentes do sexo feminino, uma investida em direção ao surgimento de vitalidade nos horários detectados como problemáticos, com um programa que validasse a ideia de liberdade e privacidade, ao mesmo tempo servindo como base sólida na qual essas garotas poderiam se apoiar. Tendo em mãos a rua, finalidade e público, um esboço das diretrizes para o projeto despontou. Seria necessário, em primeiro lugar, segurança, por se tratar de uma população frágil, integração e permeabilidade entre ambientes, de forma a sempre se ter um panorama amplo do local, e liberdade tanto às adolescentes em relação a permissões para sair do abrigo, quanto do próprio ambiente através por exemplo de mais de um uso indicado por área.

Para a escolha do lote foram formulados objetivos específicos para servir de guia até a edificação, se justificando ao longo da monografia. Primeiro se buscou entender o contexto urbano em que o objeto seria inserido, através de revisão bibliográfica e construção de linha do tempo desde a origem do bairro até os dias atuais. A ideia é usar essa análise a partir do bairro de modo geral, e diminuir a escala para o setor específico em que se encontra o objeto de estudo, no caso o já mencionado SPR-1. Tendo assimilado esse aspecto, o próximo objetivo específico é alcançado com análise do novo uso acima proposto a partir de revisão de literatura, de forma a entender para quem o espaço é projetado. Por fim, o último objetivo específico inclui a análise da edificação em si, de forma a ser possível assim elaborar

projeto de restauração consistente com as demandas e legislação que protegem o público-alvo, respeitando as diretrizes de preservação de patrimônio existentes.

Destrinchando a estrutura do TFG, o primeiro capítulo conta com revisão de literatura, etapa fundamentada por José Fernando de Maya Pedrosa em seu livro “Histórias do Velho Jaraguá” (1998), e Craveiro Costa com o livro “Maceió” (1981), além de artigos da revista “Alagoas Memorável” (2011), com colaboradores como José Luiz Mota Menezes e Douglas Apratto Tenório. Visando contribuir com a contextualização urbana onde se insere o imóvel, foi produzido um mapa de uso e ocupação do solo do SPR-1. O objetivo do mesmo é entender a dinâmica local como parte da cidade e justificar o uso sugerido ao analisar qual a predominância de seus equipamentos e sua relevância para as moradoras. Tal mapa, atualizado, traz informações e considerações necessárias para fechamento do capítulo.

O segundo capítulo explora o público alvo e o porquê de sua escolha através de pesquisa documental e revisão bibliográfica, utilizando nomes como Daniel A. L. de Vasconcelos, bacharel em turismo e estudioso dos efeitos que renovações urbanas com propostas turísticas causam no espaço em seu artigo “Turistificação do Espaço e Exclusão social: a revitalização do bairro de Jaraguá, Maceió – Al, Brasil”, para analisar o impacto desse projeto no período imediato ao ano 1999, quando passa por tais mudanças. Em relação ao público-alvo em si, serão consultados especialistas da área de ciências sociais, como Selma Braga Salzgeber e Claudio Simon Hutz.

A princípio outro procedimento de suporte pensado para fundamentar esse capítulo foi a visita técnica a abrigos próximos, mas tendo em vista o contexto pandêmico no qual esta etapa foi realizada, entre os anos de 2020 e 2021, essa etapa foi cancelada em prol da biossegurança de todos os envolvidos.

Figura 4: Foto interna da edificação escolhida como objeto de estudo



Fonte: elaborado pela autora, 2021

O terceiro capítulo é respaldado pelos fundamentos de importantes nomes da teoria e prática em restauro como Cesare Brandi, autor do livro base “Teoria da Restauração” e os contemporâneos, Beatriz Mugayar Kühl e Claudia dos Reis Cunha. Como embasamento teórico foram consultados ainda autores como Márcia Sant’Anna, pela sua contribuição no campo da conservação e restauração de monumentos e núcleos históricos, e Jane Jacobs pela análise de centros urbanos em relação à sensação de segurança que estes transmitem.

Sendo o último capítulo voltado para a elaboração do Projeto de Restauração em si, a estrutura do manuscrito se faz seguindo como metodologia análise do prédio, seus elementos de fachada e interiores, culminando no mapeamento de danos e prognóstico da edificação a partir de levantamento cadastral e ficha de patologias relacionando os danos a seus possíveis agentes, de forma a avaliar o estado de conservação da edificação. Após o diagnóstico, há fichas de prognóstico, o qual propõe os melhores procedimentos técnicos e teóricos para a consolidação e reintegração dos elementos. Trazendo a pesquisa para a atualidade, foi elaborado estudo de caso, do qual programa de necessidades se inspira, além do pesquisado como importante e obrigatório por lei em uma

instituição como esta. Espera-se, ao final do trabalho, que as reflexões resultantes do conjunto monografia e projeto iniciem debates sobre a utilização de edifícios históricos com o objetivo de agir na estrutura da cidade, dando-lhes novos usos, para que ajam de forma mais ativa pelos seus habitantes, em especial àqueles com menos oportunidades.

# 1. Da capitania aos dias atuais

O Jaraguá possui dois significados diferentes em sua etimologia, de acordo com dois autores. O primeiro, Craveiro Costa (1981), traduz como “enseada das canoas”, o segundo, Dias Cabral, a interpreta como “enseada do senhor” (Pedrosa, 1981). Ambas têm em comum a ideia remetente ao mar, enseada (Fortes, 2018). Ponto de partida da história local, de porto até evoluir à urbe. O autor José Fernando de Maya Pedrosa (1998), no livro “Histórias do Velho Jaraguá” estima que o bairro portuário de Maceió foi avistado já em 1501, pela Expedição Manuelina de Américo Vespúcio. Antes mesmo de Maceió ser fundada, no início do século XVI, indígenas e franceses utilizavam o espaço para o tráfego do pau-brasil. Tal rica história direciona a curiosidade para o porquê o bairro, em especial o setor compreendido entre a Rua Barão de Jaraguá e a Travessa Industrial Cícero Toledo, encontra-se desvalorizada e permeada por edificações históricas depredadas.

Outrora dinâmico e habitado, encontra-se hoje, de forma geral, em decadência. A vocação comercial local instiga movimentação nos horários comerciais durante a semana, porém possui outra leitura durante finais de semana, feriados e, enfim, fora da janela de tempo citada. Para uma completa assimilação do funcionamento do bairro, e justificar a inserção de nova população, foi feita uma análise histórica paralela à revisão de literatura, traduzida no formato de linha do tempo.

## 1.1 - Tentativa de implantação a partir do século XVII

Para o autor José F. de M. Pedrosa (1998), no livro “Histórias do Velho Jaraguá”, a primeira casa construída no bairro, especificamente na Ponta do Jaraguá, fora do primeiro dono da sesmaria, Manoel Antônio Duro, em 1609, dois séculos antes do surgimento conhecido da cidade, com sua fundação no dia cinco (05) de março de 1815. Segundo Pedrosa (1998), a sesmaria teria sido recebida sob a condição de que fosse cultivada, habitada e construída dentro do prazo de um ano. Até então o local permanecera desabitado, apesar de ter sido um dia já utilizado como ponto comercial por indígenas. O mesmo ocorreu mais ao sul, no chamado Porto Novo dos Franceses, havia ocupação comercial, utilizado entre indígenas e europeus, em especial, como o nome sugere, franceses. Além do Pontal de Coruripe, frequentado pelos mesmos. (Pedrosa, 1998)

Figura 5: Rua Sá e Albuquerque, 1874



Fonte: História de Alagoas<sup>1</sup>, 2021

O local, à época, não sustentaria um engenho em seu solo arenoso e salino; não possuía atrativos visuais dentre seu mangue que estimulassem a mudança do cenário verde no interior; mesmo que Manoel Antônio Duro planejasse implementar um porto comercial de forma a dar propósito à sesmaria, estaria ainda descumprindo seu contrato. Tendo falhado nessa condição pré-existente, “Foi forçado ou mesmo quis passar a sesmaria” (Pedrosa, 1998, p. 20). Ainda segundo o autor, não só foi necessário que Manoel A.D. deixasse a sesmaria, como a mesma não se urbanizaria a partir do local onde ele começou;

Ele não deixara semente para o futuro. Tudo morreu em Jaraguá por muitos anos depois daquela casa de alvenaria (...). Ninguém imaginaria que, mais tarde um século, **teria início ali o povoamento da região** (...). E que a expansão deste núcleo iria finalmente valorizar o porto que fora seu, onde construiu a primeira casa do bairro, pensando nas exportações e importações, **destinação maior de Jaraguá hoje e uma das razões da existência de nossa cidade capital** (Pedrosa, 1998, p.21, grifo do autor).

Em 1560 o segundo donatário toma posse da capitania e elege como general de guerra Jorge de Albuquerque, dando início ao genocídio dos indígenas Caetés, que perdurou por 5 anos (Muniz, 2011). Entretanto, segundo Pedrosa (1998), antes de Manoel Duro instalar-se na Ponta de Jaraguá, o bairro havia sido dispensado como início da urbe.

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/rua-sa-e-albuquerque-e-a-rua-da-alfandega-do-velho-jaragua.html>.

Já no ano de 1501, o autor afirma que a frota de três navios portugueses, a Expedição Manuelina, navegaram ao longo da costa da Ponta de Jaraguá em distância tal que pôde vê-la, porém o cosmógrafo responsável Américo Vespúcio não tomou nota da mesma. Novamente, em 1587, o mesmo local teria sido documentado no “Tratado Descritivo do Brasil” como sendo chamado de porto de Jaraguá pelos indígenas Caetés que habitavam a região, no qual a Enseada de Jaraguá é descrita pelos indígenas como estando ligada ao Rio das Alagoas. Tal conjuntura pode ter, inclusive, sido o motivo pelo qual Manoel A. D. escolheu um areal desabitado como local de fixação.

O autor deduz, ao fim, que a população indígena chamava o local de porto, “porque **ele já era usado para o tráfego com os europeus**” (Pedrosa, 1998, p. 18, grifo do autor). Nesse sentido entende-se por europeus, segundo Fortes (2018), e como retratado previamente, em especial os franceses, dominadores da porção sul de Jaraguá para fins de contrabando de pau-brasil até o século XVII. Ainda segundo a autora, “as primeiras incursões ao Brasil tiveram caráter de ocupação transitória” (Fortes, 2018, p. 98), com o único objetivo de, assim como os franceses, explorar o pau-brasil, antes da existência das capitânicas hereditárias lhe assegurar o litoral. Este fator, somado aos indígenas caetés, formavam duas barreiras adicionais à indiferença lusa entre o litoral maceioense e o assentamento colonizador no século XVI.

[...] promover a ocupação do sul de Pernambuco significava bloquear o acesso das naus francesas que ainda frequentavam o litoral em busca de pau-brasil e consolidar a posição ganha contra os indígenas (especialmente os Caetés) desde o último quartel do século XVI (Fortes, 2018, p. 159 apud Curvelo, 2014, p.41).

Tais citados agentes externos impediram a instalação prematura portuguesa, além de a exploração brasileira se dar de forma vagarosa, “devido à sua extensão” (Fortes, 2018, p. 97). Pode-se afirmar, no entanto, a vocação portuária do bairro desde os primórdios da formação do país<sup>2</sup>. Não só a nossa cidade possuía essa vocação, considerando que “no século XVI, os primeiros núcleos habitados brasileiros foram todos fundados no litoral ou próximo a ele” (Fortes, 2018, p. 77, apud Gândavo, 2008, p. 31), supondo-se então que essa resistência e luta indígena

---

<sup>2</sup> Neste ponto, a autora ressalta considerar como o “início” propriamente dito do país aquele antes da era lusa, habitado pelos povos originários.

aconteceu em toda costa, sendo os portos zonas seguras para grandes embarcações (Fortes, 2018).

Segundo Pedrosa (1998), os franceses e povos originários perceberam aqui as vantagens geoclimáticas para atracar desde botes até jangadas, tendo águas calmas a sota-vento a maior parte do ano além de fatores naturais facilitadores à atividade.

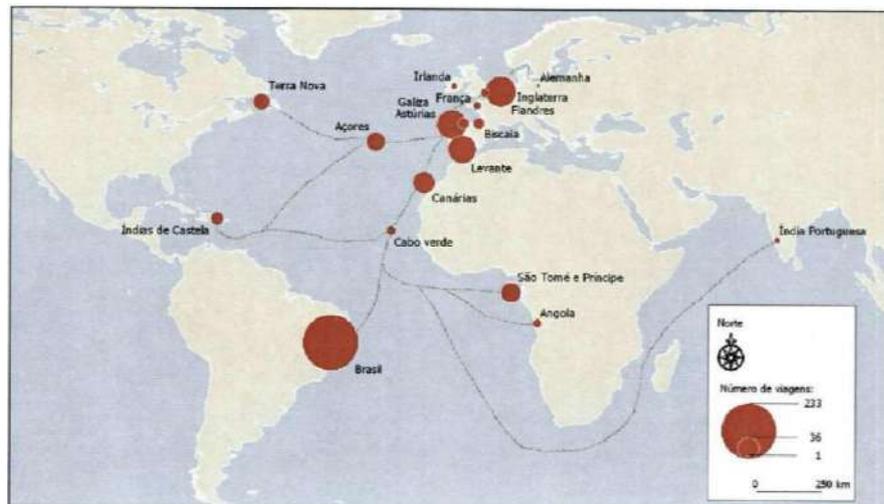
As trocas físicas e simbólicas que ocorriam nesses espaços definiam uma rede portuária além-mar e de escala local, apresentando-se, portanto, como um importante espaço onde se materializava o ideário do projeto colonizador português (Fortes, 2018, p. 23).

Esse cenário se estende até o fim do século XVI, “as áreas povoadas concentravam-se no litoral, **e mesmo os núcleos fundados no interior estavam conectados aos marítimos** através das estradas fluviais” (Fortes, 2018, p. 78, grifo do autor), sendo a economia centralizada no transporte marinho. A atenção lusa se volta à América de forma geral apenas posteriormente, na primeira metade do século XVII, seguindo a exploração do litoral brasileiro, tendo se intensificado com o fim da União Ibérica, para assegurar que a colônia fosse de posse portuguesa, protegendo-a da dominação espanhola. Até o fim do século XVII os franceses e indígenas teriam sido também afastados do litoral (Fortes, 2018).

Já em 1673, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o rei de Portugal determina a construção de um forte para evitar o comércio ilegal de pau-brasil, percebendo o valor militar na localização do Porto de Jaraguá, defendendo o território contra os franceses, e seguindo essa lógica de ocupação por todo o Nordeste, de 1580 até 1640, na janela de tempo dos Felipes (Fortes, 2018).

De acordo com Pedrosa (1998), há registros de uma fortificação na área, a Bateria Imperatriz, assinalada por Félix Lima Júnior, em “Fortificações Militares de Alagoas”, como localizada na Rua do Imperador, atual Sá e Albuquerque. Porém, ele completa, “não era raro que os portugueses exagerassem o aparato militar de suas colônias para impressionarem os seus possíveis agressores” (Pedrosa, 1998, p. 28), outrossim, esta seria, para Félix Lima Jr., composta de baterias montadas precariamente em madeira, e não uma fortificação propriamente dita. Para Fortes (2018), a natureza de um porto, aberto a diversas cidades ao redor do mundo, o tornava propenso a invasões, justificando a tentativa de fortificação.

Figura 6: Rotas dos navios do Porto, século XVI



Fonte: Fortes, 2018, p. 45 apud Barros, 2004, p.709

A Figura 6 demonstra o grande fluxo de viagens entre portos nordestinos e a metrópole, reiterando assim sua funcionalidade na prática. Segundo Fortes (2018), a segunda metade do século XVII teria sido marcada “por momentos de instabilidade econômica que impactaram diretamente o processo de urbanização da colônia brasileira” (Fortes, 2018, p. 90)

Jaraguá esteve ausente na cartografia quinhentista, foi um porto ao sul da Capitania de Pernambuco e passou a firmar uma relação geográfica estreita com a região lagunar e seus sesmeiros, entre a segunda metade do século XVI e início do XVII (Fortes, 2018, p. 95)

No mais, Fortes (2018) conclui que sem o livro de Félix Lima Júnior, “Fortificações Históricas de Alagoas, esta época estaria fadada ao esquecimento” (Fortes, 2018).

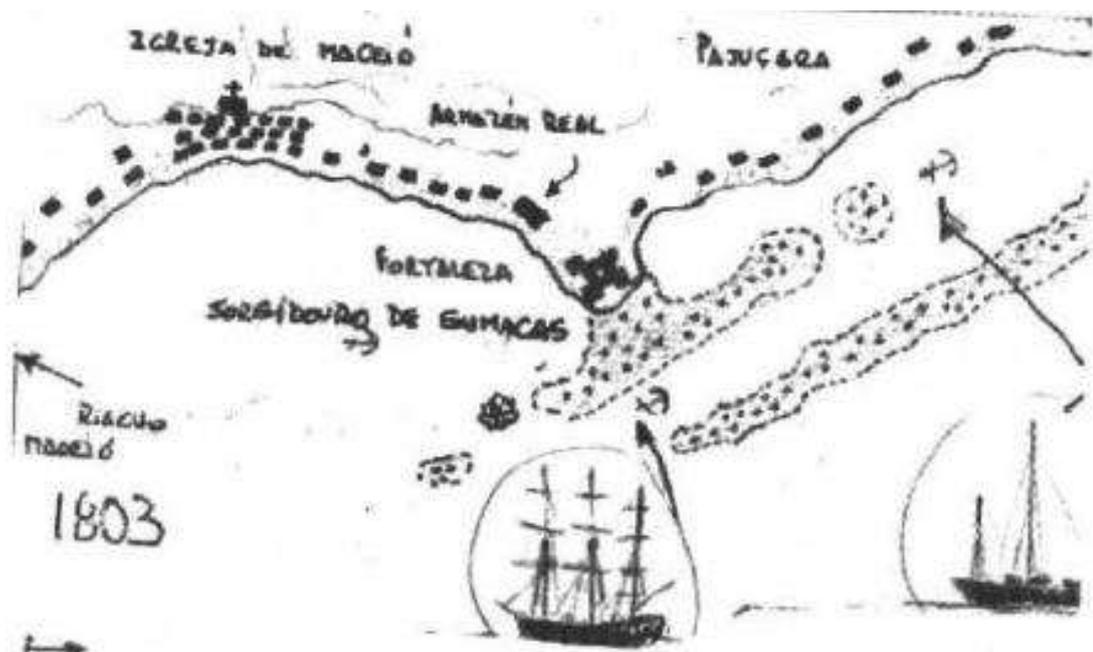
## 1.2 - Século XIX à consolidação da cidade

Sabe-se que em seu primeiro momento a gênese das cidades coloniais brasileiras foram, como explorado anteriormente, as capitanias hereditárias. Posteriormente, o desenvolvimento se dá por meio da necessidade de sobrevivência. Arelado à tal necessidade existiam alguns critérios a serem cumpridos, como a abundância de água, um porto e terras cultiváveis (Menezes, 2011). De acordo com Bianca M. Muniz (2011), a capitania de Pernambuco, da qual Alagoas fez parte entre 1534 e 1817, pertenceu primeiro a Duarte Coelho Pereira até o dia de sua morte em Portugal.

O segundo donatário, Duarte Coelho de Albuquerque, prospera com as plantações de cana-de-açúcar, se desenvolvendo de forma homogênea com Alagoas – ainda parte da capitania – com edificações em estilo maneirista comum no século XVII, até ser modificado para o estilo barroco (Menezes, 2011).

José Fernandes Portugal desenha no ano de 1803 o “Plano das Enseadas de Jaraguá e Pajuçara” (Figura 7), sendo este não somente registro hidrográfico importante para ancoragem na enseada, como também contendo a demarcação de componentes fundamentais a uma nova Colônia. A “Fortaleza”<sup>3</sup>, sendo uma planta quadrangular com aparente pátio interno e guaritas nos vértices, a “Igreja de Maceió”, atual Catedral Metropolitana, e por fim o “Armazém Real” tendo uma seta apontando para o maior retângulo desenhado ao longo da baía. “Estavam assim representados no Plano os três componentes fundamentais da Colônia: a defesa, a exploração econômica e a religião” (Pedrosa, 1999, p. 25).

Figura 7: Mapa simplificado do "Plano das Enseadas de Jaraguá e Pajuçara", 1803.



Fonte: Pedrosa, 1998

Percebe-se, nesse sentido, que os portos quinhentistas foram epicentro das transações econômicas da então província com a Europa, “o elo físico com a nação portuguesa que deixaram para trás na outra margem do Atlântico” (Fortes, 2018, p.

<sup>3</sup> Nesse ponto, Pedrosa levanta o questionamento: teria existido uma Fortaleza de fato, ou teriam sido as “baterias montadas em parapeitos de madeira” hiperbolizadas como forma de impressionar invasores? Para Félix Lima Júnior em “Fortificações Históricas de Alagoas”, as plantas de 1762 não haviam sido construídas.

43). Na Rua Sá e Albuquerque residia, além do importante porto, bancos, edifícios governamentais, comércio e trapiches, que segundo Vasconcelos (2005), foram o que mais representou a história econômica do bairro. A rua representa, até certo ponto, o início tanto financeiro quanto cultural e arquitetônico da cidade (Fortes, 2018).

A ocupação e vocação do bairro é descrita de forma sucinta por Daniel A. L. de Vasconcelos (2005), em seu artigo sobre o cunhar do termo “turistificação” sob o contexto de mudanças que o bairro passou no Projeto de Revitalização de Jaraguá (1999):

As primeiras habitações definitivas em Jaraguá pertenceram a uma família portuguesa. Com o surgimento de mais residências e casas comerciais após 1820, o bairro tornou-se um ativo centro comercial, cheio de companhias de navegação, bancos, restaurantes e, até mesmo, cabarés. No entanto, **o que mais marcou a história econômica dessa região foram os antigos armazéns, denominados trapiches** (Vasconcelos, 2005, p. 53, grifo da autora).

Mais adiante, com a abertura dos portos em 1808, não apenas mercadorias de origem inglesa, como também, segundo Davi K. Tavares (2015), imigrantes. Esse novo público na capital alagoana acabou por impulsionar a modernização do local, como a implantação de ferrovias, iluminação a gás, telégrafos, criando melhores e mais confortáveis condições para o desenvolvimento geral da cidade. A partir disso, a cada ano o bairro, junto à cidade, crescia de forma excepcionalmente acelerada. Novos materiais construtivos começaram a cunhar mudanças na arquitetura local, com vidro e ferro importados da capital. A mencionada imigração europeia, estradas de ferro e decadência do trabalho de escravizados foram motores de verdadeiras mudanças nas técnicas construtivas e conseqüentemente, habitação.

A partir do dia 05 de dezembro de 1815, D. João assina o alvará régio e o porto de Jaraguá foi desmembrado da Vila das Alagoas, atual Marechal Deodoro, contribuindo para o povoado crescer exponencialmente (IBGE, 2014). No ano de 1816 Maceió é elevada a Vila, com 35 mil habitantes. Posterior a esse crescimento, já no século XIX, começa a movimentação na direção da separação brasileira em relação à colônia, sendo a capitania de Duarte Coelho parte do processo, algo que culmina na perda do território sul como forma de punição a este levante anti-imperialista, entre os anos de 1817 e 1824 (Menezes, 2011).

Dessa forma separa-se a então província das Alagoas, sendo a emancipação política comemorada a partir de 1817. Partindo a hegemonia de Pernambuco

administrativamente, há agora nova necessidade de diferenciação cultural e estética entre o mais novo estado e a antiga Capitania.

Com uma nova divisão geográfica e com o crescimento do comércio, a capital deveria possuir um porto para se conectar ao mercado mundial e a sede, sendo que Alagoas do Sul, atual Marechal Deodoro, então capital da Província não cumpria esse critério. Foi então substituída por Maceió, não só para compreender o crescente mercado da cana-de-açúcar, chamada de “ouro branco” na época, como também para que pudesse transpirar modernidade esteticamente (Menezes, 2011).

Assim a gênese da cidade foi marcada por estas novas necessidades e usos. A expansão da malha urbana a partir do porto moldou não só Maceió, tendo seguido o modelo geral para as cidades lusitanas imperiais no litoral nordestino brasileiro, que foram revitalizadas à imagem da nova fase de Portugal, e eventualmente movendo adiante para a apropriação do interior (Menezes, 2011). Algo pontuado por Fortes (2018) é exatamente o fato de outros portos terem surgido “como decorrência natural das necessidades comerciais, mas em sua maioria, custaram a ganhar relevância, e apenas alguns poucos atingiram o status de cidade” (Fortes, 2018, p.24 apud Russell-Wood, 2014, p. 126), demonstrando que a história havia tido, na maioria das vezes, um final diferente do que conhecemos por início de Maceió.

A constante movimentação de ancorar e zarpar não só trouxera costumes lusitanos, como também possibilitara permuta entre diversos outros povos com os brasileiros. A partir do porto de Jaraguá, no século XIX, se desenvolveu a cidade, tendo o bairro portuário sido edificado pelos “burgueses e a Administração Colonial e não os proprietários de terras” (Pedrosa, 1998, p. 48), de forma marcada pelo ecletismo desde o princípio de sua ocupação por ser símbolo de evolução e modernidade da época. “Os costumes europeus chegaram pelo porto, e depois pela via aérea.” (Menezes, 2011, p. 27). E chegavam não só costumes e modos europeus, como também se interligava todo o mundo conhecido pelos colonizadores até então, sendo a ponte econômica, física e cultural do mundo moderno. As grandes cidades da época eram portuárias por esse motivo (Fortes, 2018).

Pedrosa (1998) infere que, já em 1841 o tráfego no Jaraguá era feito pela Rua da Alfândega, atual Sá e Albuquerque, por possuir já à época grande movimentação entre seus muitos trapiches, junto às suas pontes de madeira,

construídas no século XIX, de forma a facilitar o acesso das mercadorias dos armazéns ao porto (Figura 8). Essa concentração de desenvolvimento mostra a importância da rua em que está localizado o objeto de análise na história de desenvolvimento do bairro e da cidade.

Em 1841 o bairro possuía apenas dois trapiches, tendo esse número dobrado até 1870. Nesse mesmo ano foi inaugurada a Ponte de Jaraguá, quatro pontes de embarque, e ao cenário também foi adicionado, entre outros, a “Alfândega com a repartição do selo, Conselho Provincial, [...] a agência da Companhia Geral e Costeira de barcos a vapor, a estação da estrada de ferro e a antiga Associação Comercial” (Pedrosa, 1998, p. 47). Nesse mesmo ano o bairro faz sua estreia oficial no mapa da cidade, quando Carlos Mornay delimita a rua aqui estudada numa cópia do mapa do governador da época (Pace, S. A. G., 2018).

Figura 8: Mapa de Maceió e seus trapiches na Enseada de Jaraguá, 1932



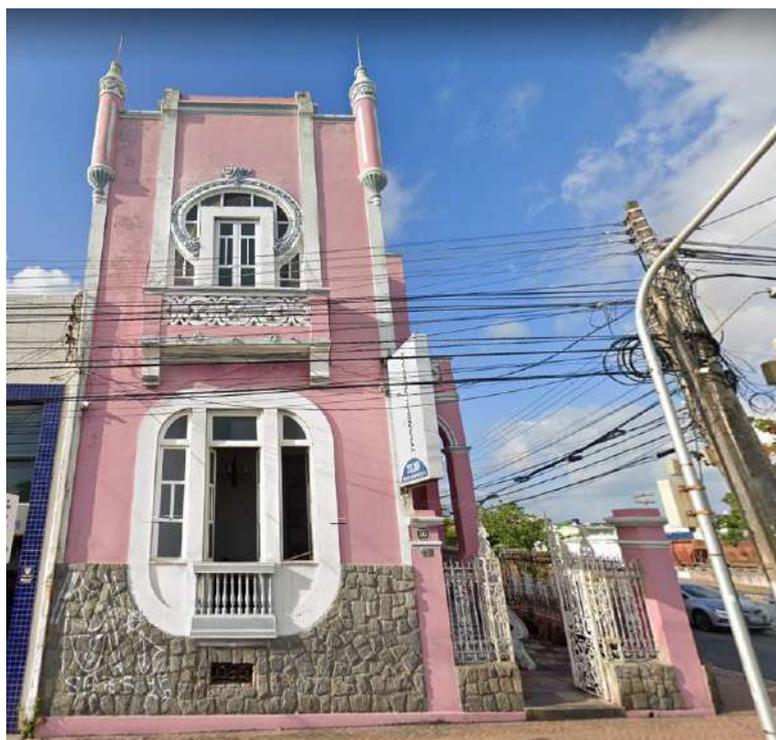
Fonte: Duarte, 2019

Havia prosperidade, mas apesar disso havia ainda falhas na estrutura portuária, como abordado, segundo Pedrosa (1998), em pauta da Associação Comercial e governantes. As mercadorias advindas de águas internacionais aportavam apenas em Salvador ou Recife, deixando a cargo da Província as negociações com estrangeiros. Poucos anos depois essa falta foi sanada após contrato com a Mala Real inglesa, que ficou responsável por enviar, uma vez ao mês, um navio a vapor para Maceió, por cinco anos. Agora com acesso a mercadorias mais refinadas para a alta burguesia, desde vestuário, com roupas específicas para

dormir, alimentação até itens de uso doméstico como talheres e louças (Tavares, 2015). Antes mesmo desse tratado ser firmado, o porto recebia grande volume de frotas, tendo mensalmente, no ano de 1871, em média 5 embarcações em direção ao estrangeiro e 20 nacionais, sendo a cana-de-açúcar seu maior exportador.

Nestor Goulart (2014), explora no livro “Quadro da Arquitetura no Brasil” quais teriam sido as mudanças nas soluções adotadas nessa nova era da arquitetura. De forma gradual e lenta, as edificações teriam se alinhado às ruas; as construções começam a se desprender de seus lotes, com recuo inicialmente em um só lado, sendo um dos exemplares ainda vivo desse tipo em Maceió localizado na Avenida da Paz, Centro (Figura 9). Maiores residências adotavam jardins laterais, de forma a melhorar condições de iluminação e conforto térmico, além de correntes de ar permeando a residência serem um avanço na questão higiênica da circulação e renovação do ambiente.

Figura 9: Exemplo de sobrado característico do fim do século XIX, Centro, Maceió



Fonte: Google Earth, 2022

A figura acima é, em sua fachada principal, semelhante à que o Nestor Goulart (2014) desenha para exemplificar essa tipologia (de forma espelhada à Figura 10). Pode-se notar de forma resumida através de análise da imagem o que o autor explora por todo o capítulo; há o porão alto, no qual sua escotilha com óculo, muito relacionada às aberturas de navio, visível no térreo da fachada principal;

balcões sustentados por cachorro simples, onde se vê sinal de maior possibilidade de manipulação do concreto, pináculos, entrada lateral com portão e escada de ferro. Esse seria também o período em que seriam introduzidos nas residências, jardins da forma como concebemos hoje. O autor dispõe ainda como seria o layout interior geral a partir dessa entrada, consistindo por sala de visitas, seguida de sala de jantar, dormitórios – com a diminuição do uso de alcovas –, pátio para iluminação interna, cozinha, banheiro, quintal e um último dormitório nos fundos.

Figura 10: Desenho exemplificando a tipologia que nasce entre 1850 e 1900.



Fonte: Reis, Nestor Goulart. 2014.

Essas mudanças acontecem primeiro na arquitetura, em adições sutis à complexidade da fachada, evoluindo à mudança na forma de implantação no lote (Reis, 2014). Pode-se notar tal diferença na ilustração de Nestor Goulart (2014), a edificação, destacada em amarelo, desprende-se parcialmente dos limites do lote, lhe provendo um pequeno jardim e corredor lateral. Pode-se notar essa diferença também no SPE-1, sendo a progressão adotada de forma geral na época. Em comparação aos lotes vizinhos, completamente ocupados e com soluções mais simples de cobertura, com o caimento em 2 águas.

Figura 11: Contexto urbano da edificação citada



Fonte: *Google Earth*, modificado pela autora, 2022

Finalizando a avaliação do sobrado em questão, pode-se notar por sua vista superior (Figura 12) uma solução mais complexa de coberta, com até quatro águas, as quais, junto à costumeira platibanda, sugerem a presença de calhas. Esse novo nível técnico foi alcançado, ainda segundo o autor, conforme se aproximava a abolição da escravatura, aliado à chegada de trabalhadores especializados da Europa. O crescimento social e melhores condições financeiras dentre moradores permitia novos usos e fachadas mais elaboradas, adotando mais elementos de fonte neoclássica tão marcantes no ecletismo.

Figura 12: Vista superior aproximada da edificação



Fonte: *Google Maps*, 2022

Essa edificação, apesar de estar fora do Setor de Preservação onde se encontra o objeto de estudo do presente trabalho, representa um exemplar arquitetônico do final do século XIX e início do século XX ainda resiliente no bairro. Até então foi aqui traçada uma linha do tempo com a evolução da cidade a partir do Jaraguá, em uma perspectiva econômica e urbanística, e pode-se fazer o mesmo a partir da análise arquitetônica, observando as fachadas presentes no local. A edificação apresentada acima prova esse ponto, como mais uma forma de diálogo e justificativa para a escolha do bairro para estudo.

### **1.3 - Maceió prospera no século XX**

Avançando para o século XX, o bairro em 1902 “tinha oito mil habitantes, quatro vezes mais do que nos meados do século anterior. Havia no bairro quarenta e cinco ruas, duas praças e três mil edificações diversas” (Pedrosa, 1998, p. 54). Já se negociava diretamente com Inglaterra, o primeiro império internacional que teve contato de negociação direto com o Jaraguá, além agora da França, Alemanha e Estados Unidos. Pedrosa (1998) relaciona esses rápidos desenvolvimentos à movimentação portuária, estando conectado até União dos Palmares por estradas de ferro da Central Alagoana (Alagoas Railroad), colocando o Porto de Jaraguá em sétima posição em relação a centro de comércio em grosso no Brasil. Além dos trilhos que interligavam os próprios bairros através do bonde, com 12 quilômetros de trilhos e uma estação no próprio Jaraguá.

Segundo Gomes (2020), o fim do século XIX até início do século XX leva a cidade a expandir em direção à Avenida da Paz, (Figura 13), na qual pode-se perceber já no início século o caminho que a cidade trilharia tanto com a expansão radial ao Centro, em estado avançado de ocupação, quanto com as “sombras” do que viria a ser a Ponta Verde, na direita. Foram também erigidos importantes edificações, tendo o autor listado o Palácio Provincial (1855) e Estação Central de Trem (1884) no fim do século anterior, e a maior presença de hotéis com a virada do século e avanço econômico.

Vale destacar ainda que “As cidades portuárias não existiam em um vácuo, mas em estreita relação com as regiões geográficas contíguas do interior, com o Brasil e com o mundo” (Fortes, 2018, p. 32 apud Russel-Wood, 2014, p. 142). Entre o progresso e o crescimento do bairro havia também queixas. Enquanto a então Rua da Alfândega dava as boas-vindas a “uma rica comunidade consular” (Pedrosa,

1998, p. 56), a Associação Comercial questionava contra as tarifas crescentes e a falta de bancos que freava a produção. Nesse contexto são fundadas as agências bancárias em Jaraguá, dentre as quais se encontra o objeto de estudos deste trabalho, e segundo Pedrosa (1998) o mais rico deles, o *London and River Plate Bank Limited*, aqui tratado como o Antigo Banco de Londres.

Figura 13: Planta da Cidade de Maceió, 1902.

Em amarelo a Av. Comendador Leão, em vermelho a Rua Sá e Albuquerque.



Fonte: Barros, C., 2016, modificada pela autora.

As mudanças no cenário arquitetônico continuam vagarosas com a chegada do novo século e da República, acelerando com a Grande Guerra e avanço industrial, a partir de 1914. Houve, junto ao movimentado porto, rápido progresso comercial e cultural, tornando-se mais tarde conhecido por ser um bairro boêmio. O crescimento geral da população nos centros brasileiros induziu aprimoramentos de serviços públicos, pavimentação, comunicação e transporte. A progressão estilística a partir desse momento e de forma geral, pelo país, se sucederia com a introdução do “Art Nouveau”, seguindo pelo Neocolonial, até chegar ao modernismo (Filho, N. G. R., 2014).

No caso de Maceió, os primeiros prédios modernos – as sedes do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Estivadores e Transportes de Carga (IAPETEC) e do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) –, são erguidos na década de 1940, ainda

de forma paralela a edificações neocoloniais (Gomes, 2020), demonstrando a letargia em adotar o estilo modernista na cidade, sendo este apresentado em solo nacional a partir da década de 20, com a chegada de arquitetos europeus. Apenas 10 anos depois o outrora rural se tornaria urbano (Pittol, B. et al, 2017). Se, parafraseando Filho (2014), grandes centros como São Paulo ainda seguiam modestas mudanças, utilizando-se ainda de materiais como a taipa de pilão, isso poderia justificar em parte, o fato de a cidade não ter tido, ainda, condições de acompanhar esse avanço mundial. Além de ainda ter a burguesia presa aos parâmetros do que lhe daria uma melhor frente social, considerando as aparências e o estranhamento que o movimento moderno causou em suas primeiras décadas.

O bairro, que teve o início de seu declínio com a mudança do foco da atividade comercial para o Centro, encontrou-se já no século XXI como uma memória do seu auge. Passou a ter fluxo reduzido, comumente referenciado como local inseguro, afastando mais a população de si. Surgem problemas de infraestrutura, no sistema viário, abandono e não conservação de casarões. Medidas paliativas foram tomadas ao longo dos anos, como a reestruturação de calçadas, restauro da Associação Comercial e Praça Dois Leões, construção do Centro Cultural e de Exposições.

Figura 14: Rua Sá e Albuquerque, sobrados



Fonte: elaborado pela autora, 2022

Figura 15: Atual estado da antiga sede do Consulado Britânico



Fonte: elaborado pela autora, 2021

Vestígios do seu apogeu, mesmo que deteriorados como o antigo Banco de Londres, sobrados (Figura 14) e Consulado Britânico (Figura 15), permaneceram na paisagem. Órgãos públicos, monumentos e imóveis históricos, apesar do seu processo de degradação, além de parte da população original, como a encontrada na Vila dos Pescadores até meados de 2015. (Vasconcelos, 2005). Hoje, apesar da rua Sá e Albuquerque ter mais exemplos de edificações ainda com traços de sua época de construção, ela se divide entre ter novo uso e fachada preservada, novo uso e descaracterização e, nos casos mais graves, estar completamente degradada, com risco de desabamento. Para melhor ilustrar essa questão, a foto abaixo, retirada pela autora, localiza-se do lado oposto ao antigo Consulado demonstrado acima, e apresenta fachadas, com exceção de alguns pontos, ainda preservados.

Figura 16: Rua Sá e Albuquerque, orientação Norte



Fonte: elaborado pela autora, 2022

Figura 17: Rua Sá e Albuquerque, orientação Sul. Em vermelho destacado antigo consulado britânico



Fonte: elaborado pela autora, 2022

Há, como se pode ver comparando as duas imagens, grande diferença em estados de conservação num simples atravessar de rua. O lado esquerdo da foto com vasta vegetação, aberturas vedadas e porções faltosas na fachada. O lado direito com sua forma conservada, com seus traços originais ainda reconhecíveis.

Um exemplo do que o descaso com o bairro acometeu foi o que aconteceu com a também conhecida como Favela de Jaraguá, que surge concomitante às atividades portuárias, a partir da prática pesqueira de forma contemporânea à própria formação da cidade. De forma espontânea e gradual o agrupamento em questão se localizava na região intitulada como Setor de Preservação Ambiental –

3 (SPA-3), de acordo com Decreto Municipal de 1996, sendo à época também considerada como região de interesse social. Embora tenha sido designada como foco de preservação em duas instâncias, essas diretrizes não foram postas em prática, tendo como resultado a degradação do local.

Figura 18: Localização da Vila (em vermelho) e pontos estratégicos nos arredores



Fonte: Marchioni, A., 2016, modificada pela autora.

Sem as necessidades básicas atendidas asseguradas pelo município, a salubridade piorou ao longo dos anos, com falta de saneamento básico (Figura 19), precarização da Vila e conseqüente esvaziamento de seu entorno e orla. O agrupamento poluído e desconfortável diminui a movimentação de não-habitantes, e o comércio decai.

Figura 19: Insalubridade da orla de Jaraguá



Fonte: Marchioni, A., 2016

Para Marchioni (2016), a localização da Vila era vital para o espaço social, relacionamento dentro da comunidade, negócios e identidade. Ainda assim, a Vila mantinha amplamente presente a tipologia habitacional e consequente movimentação do entorno, necessitando do ponto geográfico também para realização da atividade pesqueira. O descuido em relação à população preservou a localidade, que ali permaneceu durante o Projeto de Revitalização do Bairro de Jaraguá em 1996. Neste havia inclusive um subprojeto para a área, sendo previsto a permanência dos moradores e da Vila como um todo, na melhoria da infraestrutura, sendo implantado saneamento básico, rede elétrica, água potável, pavimentação, drenagem e fim da sub habitação vivenciada no local. Na teoria, a manutenção da população original seria para promover a não exclusividade beneficiária aos turistas, criando um ambiente autossustentável, com consequente melhoria na qualidade de vida populacional (Vasconcelos, 2005, p. 59 apud Maceió, 1996). Não tendo sido realizado por questões políticas, deixa a área seguir deteriorando e alheia à transformação lindeira (Vasconcelos, 2005).

Ainda segundo o autor, o Projeto de Revitalização do Bairro de Jaraguá em 1996 foi voltado à turistificação, sendo essa postura criticada pelo mesmo. Um subproduto seria a exclusão social derivada desse modelo, considerado pelo mesmo como neoliberalista<sup>4</sup>, portanto, alheio às necessidades da população e voltado ao mercado.

---

<sup>4</sup> Neoliberalismo: doutrina, desenvolvida a partir da década de 1970, que defende a absoluta liberdade de mercado e uma restrição à intervenção estatal sobre a economia, só devendo esta ocorrer em setores imprescindíveis e ainda assim em um grau mínimo. (NEOLIBERALISMO, 2021)

Para o autor, apenas o baixo fluxo de turistas observado na área indicaria a falta de sucesso do projeto, além desse não cumprimento vocacional de serviços/comércio/habitação do bairro afetar a percepção de quem o visita, gerando estranhamento. Esse planejamento não estaria voltado ao futuro, seria uma ação imediatista, que desconsidera não só a já referida vocação do bairro, como sua realidade sem segurança e estrutura para sustentar um plano com objetivo de atrair pessoas estrangeiras à cidade. Esse isolamento do contexto social e potencialidades culturais e históricas, fariam do Jaraguá um não-lugar, conceito definido pelo autor como “destituído de identidade, relações ou história” (Vasconcelos, p. 56).

O bairro se tornaria, ao fim do projeto<sup>5</sup>, voltado ao turismo de forma a incentivar aumento no fluxo dessa população, tendo performado conjunto de ações pensadas para curto prazo; “arquitetura aplainada e excludente” (Vasconcelos, 2005).

Figura 20: Vista em satélite do estacionamento (em vermelho) fruto do projeto de turistificação



Fonte: *Google Maps*, modificada pela autora.

Na Figura 20 pode-se observar uma grande área sendo subutilizada, demarcada em vermelho, situada no SPR-1, na Av. Industrial Cícero Toledo. O que seria originalmente estacionamento em suporte às atividades culturais hoje é

---

<sup>5</sup> Esse projeto foi fruto do Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (PRODETUR-NE), com financiamento do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

utilizado como local de treino para baliza e, durante a pandemia do Covid-19, como posto drive-thru de vacinação.

Figura 21: Vista do estacionamento subutilizado



Fonte: elaborado pela autora, 2022

Dezessete anos depois da tentativa de revitalização do bairro, no dia 23 de setembro de 2013, a prefeitura entra com ação civil para remover as 450 famílias da vila (Marchioni, 2016), de forma a pôr na prática uma obra de urbanização na orla de Jaraguá com objetivo oposto ao do projeto de 1996, que dava prioridade para que essa população fosse realocada apenas dentro da própria área.

No ano de 2015, depois de enfrentar resistência dos ocupantes, foi montada uma operação para a saída dos mesmos, com apoio da Polícia Militar. Essa operação agiu de forma mais incisiva, tendo a Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito (SMTT) bloqueado ruas lindeiras para desocupação, além do corte de energia da área por parte da companhia de energia elétrica, à época Eletrobrás, e máquinas retroescavadeiras ativamente na demolição de moradias (G1, 2015). Houve resistência em relação a esse projeto, o qual a prefeitura afirma ter sido difícil, mas, segundo falado então prefeito Rui Palmeira em matéria noticiada pelo G1 “construído junto dos moradores” (Farias, 2019 apud Palmeira, Rui, 2019), ao falar sobre a inauguração do Centro Pesqueiro, em 2019, seis anos depois do início do longo e custoso processo de retirada dos habitantes.

Essa colaboração não é percebida nas repetidas tentativas de esvaziamento local, permeada por protestos e inconformidade (Figura 22). Os moradores foram

encaminhados, em 2015, entre abrigos temporários, insuficientes para todos, tendo parte buscado ajuda a familiares e em programas sociais que ofereciam uma quantia para que pudessem alugar imóveis temporariamente (G1, 2015). No mesmo dia foi atualizado, pelo site de notícias G1 (2015), a cobrança judicial à Polícia Federal por mais agentes para o cumprimento do mandato, alegando que a saída voluntária dos ocupantes teria seu prazo esgotado. Na notícia se explicita apenas sobre as famílias cadastradas no programa pela prefeitura, estas seriam redirecionadas para a Vila dos Pescadores, no bairro do Sobral (G1, 2015), ademais, não tendo sido capaz de inscrever-se a tempo no programa de realocação da Vila, a família não teria direito sequer a uma estação no Mercado (G1, 2019), mesmo tendo tido a pesca como fonte de renda no local da “favela de Jaraguá” por gerações.

Figura 22: Moradores resistem a mudanças



Fonte: foto por Pedro Mesquita/G1. 2015

No ano de 2019 é inaugurado o Centro Pesqueiro de Jaraguá, o qual, de acordo com o juiz federal da 13ª Vara da Justiça em Alagoas (JFAL), o município já dispunha, em 2015, de todo o dinheiro necessário para a completude das obras de Revitalização do Bairro de Jaraguá, as quais deveriam ser terminadas em um prazo fixo de 1 ano a partir da desocupação da área (G1, 2015). O prazo entre o a retirada do restante dos habitantes e a inauguração excedeu essa determinação em três anos. Dessa população, 300 de 450 famílias tinham na pesca sua principal fonte de renda, e destas 150 optaram por permanecer, apesar das condições desfavoráveis que o local oferecia, em oposição ao realojamento no Conjunto Habitacional da Praia do Sobral, a 4 km de distância. Houve protestos contra a transferência

direcionado à prefeitura, no qual os pescadores exigiam melhores condições de trabalho na recém-inaugurada Balança do Peixe de Jaraguá (Figura 23). Outro fator influenciador da permanência desses moradores foi o seu pertencimento e laços que compartilhavam entre si e com o local. Marchioni (2016) reforça neste ponto que essa comunidade surge junto à cidade, crescendo com o fluxo migratório dos trabalhadores rurais para Maceió, sendo um espaço físico de sobrevivência social.

Figura 23: Negociação entre PM e manifestantes para a transferência ao Centro Pesqueiro



Fonte: foto por Ludmila Brito/G1. 2020

A mudança dos pescadores, marisqueiros e vendedores da balança do peixe de Jaraguá aconteceu apenas depois de protestos, os manifestantes exigiam melhores condições no Centro antes da transferência ser realizada. Dentre as reclamações havia trabalhadores fora da lista do Diário Oficial do Município, no qual estava listado quem seria beneficiário imediato do espaço limitado e compartilhado de depósitos e freezers (Sanches, C., Farias, M., 2020). A expectativa na data de sua inauguração era de que 300 pessoas fossem beneficiadas diretamente trabalhando no Centro, com adicional de 1000 indiretamente<sup>6</sup>, mas até os dados mais recentemente encontrados, em 2021, havia um total de 158 permissionários cadastrados (Prefeitura de Maceió, 2021). Na porção da antiga Balança do Peixe hoje há, como demonstrado na Figura 27 e contextualizado na Figura 26, a Praça Alex Barbosa e a igreja ao ar livre, respectivamente, entregue em novembro de 2020.

Dentre os direitos humanos estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) está o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e

---

<sup>6</sup> Fonte: Farias, M., G1 AL. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2019/05/06/centro-pesqueiro-de-jaragua-e-inaugurado-mas-so-vai-funcionar-apos-capacitacao-de-pescadores.ghtml>

Culturais (PIDESC), que não só determina o direito de todos à moradia adequada, como especifica que devem ser respeitadas as expressões culturais tradicionais (Cavalcante, 2016); a remoção dos pescadores artesanais de seu ambiente desrespeita diretamente esta diretriz, alocando-os ainda longe de seu local de trabalho, representado na Figura 24 pela linha amarela, com quatro quilômetros em escala.

Figura 24: Imagem de satélite da Vila dos Pescadores e o caminho até o Centro Pesqueiro.



Fonte: *Google Earth*, modificado pela autora, 2022.

Para além disso, políticas públicas urbanas raramente beneficiam, segundo Marchioni (2016), os pescadores, contribuindo com sua exclusão social. Considerando a localização privilegiada dos moradores originalmente, perto de bairros nobres e do Centro da cidade, a especulação imobiliária e a valorização do terreno por si só seriam argumentos suficientes por parte dos órgãos públicos para a relocação desse grupo, mesmo tendo conhecimento de que, com ajuda da iniciativa privada, uma tentativa mercadológica de reformulação do uso local com turismo já havia sido realizada de forma frustrada. A permanência da Vila resultava a não utilização desse espaço para fins lucrativos com hotelaria e restaurantes, além de desvalorizar, da forma em que estava (des)estruturada do ponto de vista estético, sanitário e turístico, seus arredores. Esse reposicionamento danificou também a continuidade de atividades tangentes à pesca, como por exemplo a carpintaria naval, artesanato de rendas, argila e madeira.

Figura 25: Vista do local ainda em 2019



Fonte: *Google Street View*, 2019

A área, de acordo com imagens de satélite (*Google Maps*, 2019), possuía indícios até recentemente de como teria sido ainda em 2019, demonstrado na vista do local na Figura 25. Ainda com visíveis problemas estruturais, presentes na verdade desde seu surgimento, e mantido pelo desinteresse geral em tornar esse local seguro e habitável. A proximidade vantajosa entre local de trabalho e de moradia dos pescadores é clara na Figura 26, sendo interrompida apenas pela Marinha no centro.

Figura 26: Imagem via satélite da região atualmente. Em amarelo, a Praça Alex Barbosa e em vermelho, o Centro Pesqueiro



Fonte: *Google Earth*, modificado pela autora, 2022

A atual Praça Alex Barbosa, destacada em amarelo na Figura 26, encontra-se na maior parte do tempo como na Figura 27, vazia, mesmo após a liberação federal em relação a diminuição do trânsito de pessoas.

Figura 27: Vista da Praça Alex Barbosa



Fonte: elaborado pela autora, 2022

Foi planejado um projeto urbanístico sem levar em consideração a funcionalidade original e seus fluxos, outrora movimentada. A praça sem nenhuma árvore tornou-se apenas mais um ponto na paisagem feito apenas para ser observado de dentro de um carro, por ser quente demais para permear o calçadão, utilizar dos aparatos de musculação em concreto, ou se sentar nos bancos de forma minimamente confortável.

Figura 28: "Igrejinha ao Ar Livre"



Fonte: elaborado pela autora, 2022

A intitulada “Igrejinha ao Ar Livre” (Figura 28), pode ser considerada uma “Ode à Promessa”, no caso à promessa de resgate dessa população, levada a acreditar que tudo seria adaptado às suas necessidades, e que recebeu em sua execução um projeto palatável à estética da orla local, sem levar em consideração o local histórico em que se encontra, e com um mínimo de área sombreada e

funcional em si. O centro pesqueiro possuía, ao dia da visita, apenas um carro em seu vasto estacionamento, e mais funcionários do que clientes.

Pelo contexto supracitado fica bem estabelecido o quanto o bairro foi importante na origem da cidade, tanto no aspecto territorial quanto financeiro, além de sua abertura às águas internacionais terem contribuído para a integração cultural europeia na capital alagoana. Além de seu evidente valor nos momentos iniciais, o bairro é, mesmo com displicência em sua conservação, uma fonte edificada que revela a evolução e consolidação da urbe ao longo dos anos, podendo ser observado em suas fachadas o avanço do tempo, tecnologias e transformações de Maceió.

O projeto Aconchegue se propõe a abordar a população local de forma menos agressiva, a incluindo em um espaço estruturado, com infraestrutura interna suficiente para uma estada confortável, além da sugestão de incentivos urbanos lindeiros para evitar a evasão dessas pessoas no abrigo. A reinserção de uma população em um local familiar visa evitar o desconforto sentido pelos pescadores, realocados a quatro quilômetros de onde trabalhavam. O resgate da conhecida “Favela de Jaraguá” com o projeto adequado teria sido benéfico, inclusive esteticamente, se feita de forma congruente ao projeto sugerido já em 1996, para conservar a população original próxima de suas raízes e renda, e movimentando o Centro Pesqueiro com o comércio e movimentação locais.

#### **1.4 - Dias atuais: contexto e mapa de uso e ocupação**

Em que pese o cenário estabelecido, a pesquisadora, em visitas ao bairro, procurou melhor entender qual seria o contexto urbano em que a edificação se encontra, a fim de responder à pergunta “o monumento encontra-se degradado isoladamente, constituindo-se enquanto ‘vazio edificado’, ou há um padrão de degradação, senão em toda ZEP, em toda a SPR-1?”. Essa visão do todo é importante para que as soluções projetuais<sup>7</sup> estejam de acordo com a realidade na qual o objeto de estudo está inserido. Tanto a análise histórica do bairro quanto seu entorno favorecem a conformação da base que viabilizaria o projeto, e ainda ajuda na concepção de um programa de necessidades que atendesse ao bairro, sendo o mesmo coerente com seu potencial histórico e novo uso.

---

<sup>7</sup> Situadas no capítulo 3

Figura 29: Edificação na Tv. Cel. Pedro Lima, nº 92



Fonte: elaborado pela autora, 2021

Considerando o posicionamento da acadêmica Odete de Dourado (2008), esses vazios edificados interferem na interpretação de todo o tecido urbano, sendo este mais um motivo pelo qual o sítio foi examinado, ponderando com maior atenção a necessidade de intervenção restaurativa na edificação em estudo. Para entendimento dos atuais “vazios edificados” e melhor compreensão do encadeamento de eventos que levaram a deterioração do bairro, bem como para a contextualização urbana da edificação, decidiu-se por confeccionar um mapa de uso e ocupação da SPR-1 a partir de dados da Prefeitura e nos resultados obtidos *in situ* por investigação da autora. Vale destacar que o mapa mais recente sobre o tema<sup>8</sup> é do ano de 2009.

Esse mapa não só ilustra como a configuração teria mudado no ano atual em comparação ao século XIX, época mais ativa do bairro enquanto porto e centro financeiro, como também traria ampla percepção dos vazios edificados e não-edificados da região, informação que acabaria por torná-lo mais rico e completo, assim como o estudo derivado do mesmo. Estando as edificações em tais condições concentradas em maior parte na Rua Barão de Jaraguá e Rua Sá e Albuquerque, na qual encontra-se o objeto aqui tratado, essas vias podem ser entendidas como “pontos nodais”<sup>9</sup>, partida e chegada, nortes, no que se refere ao trajeto tomado para possibilitar a confecção do produto final desejado à análise.

---

8 ZONAS ESPECIAIS DE PRESERVAÇÃO CULTURAL ZEP-1 - JARAGUÁ

<sup>9</sup> Termo cunhado por Kevin Lynch, no livro “A Imagem da Cidade”. Refere-se a pontos de referência “normalmente representados por um objeto físico, definido de modo simples: edifício, sinal, loja ou montanha” (LYNCH, 1960, p. 59)

Figura 30: Localização do objeto de estudos em relação à SPR-1



Fonte: elaborado pela autora, 2022

O objeto de estudo encontra-se, como destacado na Figura 31, numa área movimentada no que diz respeito à concentração de instituições ativas da rua, com mais monumentos e imóveis históricos dentro da SPR-1. De seu ponto de vista da edificação pode-se observar o MISA, Praça Dois Leões, Caixa Econômica e diversos empreendimentos privados, muitos dos quais possuem ainda traços arquitetônicos característicos de sua época de construção.

Figura 31: Mapa dos monumentos contidos no SPR-1



Fonte: elaborado pela autora, 2022

Figura 32: Mapa com os vazios edificadas e não edificadas do SPR-01, assim como monumentos e imóveis históricos



Fonte: elaborado pela autora, 2022

Comparando os mapas das figuras 31 e 32, nota-se a tendência desses lotes denominados imóveis históricos (em azul) e monumentos históricos (em roxo) estarem vazios ou com alterações na fachada, como o exemplo da Figura 33, a qual demonstra adições às fachadas como portas de vidro ou a quase completa degradação e abandono, como no caso da edificação destacada em vermelho, e do próprio objeto de estudos. Para além disso, pode-se observar a degradação daqueles em desuso, em comparação aos ocupados.

Figura 33: Edificações lindeiras, Rua Sá e Albuquerque



Fonte: elaborado pela autora, 2022

Enquanto metodologia de elaboração para essa catalogação, foi confeccionado primeiramente um esboço com a delimitação da subárea, segundo a Prefeitura, cruzando-o à informação existente no *Google Maps*. A partir da comparação entre estas informações, notou-se dissonância entre o mapa da SPR-1 disponibilizado no site da prefeitura (<http://www.maceio.al.gov.br>), e a base de lotes e suas ocupações via satélite. Portanto, agravante à problemática da negligência em relação a toda a ZEP-01, havia a distinção entre os mapas que seriam base para a identificação de usos em cada lote no Setor.

Figura 34: Imagem utilizada para realização de levantamento para Mapa de Uso e Ocupação da SPR-1. Em rosa e azul, os lotes como ilustrados pelo Google Maps. Em cinza os limites definidos pelo último mapa disponibilizado pela Prefeitura.



Fonte: elaborado pela autora, 2022

O mapa base escolhido mencionado acima não só está desatualizado, como foi removido do site da Prefeitura. Estudantes e pesquisadores atualmente não têm acesso a nenhuma cartografia previamente disponibilizada pela prefeitura desde o ano de 2017, segundo usuários<sup>10</sup>. Esse mapa específico foi adquirido da mesma forma que tem sido nos últimos anos: através de pesquisadores que conseguiram salvá-lo a tempo de sua remoção.

O mapa que inicialmente conteria apenas uma informação básica sobre o uso e ocupação do solo, entretanto, foi sendo enriquecido durante a visita, pois também foi possível observar dados sobre o remembramento e desmembramento de lotes<sup>11</sup>, uma atualização pertinente aos acadêmicos da área.

Dessa forma, mesmo tendo sido um bairro de grande importância para o início da cidade, como apresentado nos subcapítulos acima, a degeneração contínua do entorno explica o porquê do prédio *London & River Plate Bank Limited*

---

<sup>10</sup> Não tendo sido possível especificar a data exata da remoção do referido arquivo

<sup>11</sup> Ressalta-se que durante as visitas de campo para elaboração do referido mapa, a autora não acessou todas as edificações, sendo, portanto, passível de erro.

encontrar-se no atual estado. E para que chegasse nesse ponto foi necessária uma cadeia de eventos ao longo de anos, sendo, até hoje, um processo gradual, constante e exponencial. Assim, os danos existentes, como por exemplo desgaste de concreto, acarreta o desenvolvimento de agentes aceleradores de avaria, como a oxidação de ferragens e subsequente enfraquecimento de estrutura.

O Plano Diretor (2005) de forma holística é a favor da proteção e manutenção da tipologia arquitetônica remanescente do bairro, tendo o Código de Urbanismo e Edificações de Maceió (2007) corroborando com este princípio.

Como consta no Art. 49, parágrafo 1º:

O Setor de Preservação Rigorosa 1 é o espaço urbano contendo qualquer edificação ou conjunto de edificações, instituídas como patrimônio cultural edificado de Maceió, **sujeitos, como tal, a um rígido controle das intervenções edilícias e urbanísticas, de modo a impedir intervenções ou não intervenções que provoquem o seu perecimento ou que interfiram nas suas características**, alterando-lhe a feição original ou a ambiência (Maceió, 2007, p. 10, grifo nosso)

Apenas andar pela SPR-1 é suficiente para que fiquem claras as constantes mudanças quanto ao uso dos imóveis, tendo o fechamento de empresas, como foi o caso do Banco do Brasil na Rua Sá e Albuquerque. Um exemplo de prédio sendo subutilizado até o momento, é a antiga sede da SECTI (Secretaria de Estado da Ciência, da Tecnologia e da Inovação de Alagoas), que lembrada com o sobrado à direita (Figura 35) encontra-se no momento disponível pela iniciativa privada para ser alugada.

Figura 35: Antiga sede da SECTI, fechada para alugar.



Fonte: elaborado pela autora, 2022

Figura 36: Mapa de uso e ocupação - SPR-1



Fonte: elaborado pela autora, 2022

Como mostra o mapa de uso e ocupação elaborado, na Figura 36, o Jaraguá segue como um bairro predominantemente composto por serviços e comércio, além de instituições financeiras, culturais e órgãos da prefeitura. Ainda há a presença, não só no setor aqui destrinchado, como por todo o bairro, unidades habitacionais, sendo o abrigo aqui proposto um complemento a uma tendência que, apesar de ter se enfraquecido com o tempo, existe.

Algo que chama a atenção é a quantidade de lotes sendo subutilizados, sendo mais de 100 vazios edificadas, só na Rua Sá e Albuquerque há o ilustre e já mencionado Trapiche Segundo, antigo consulado britânico e outros locais – até com elementos arquitetônicos conservados de sua época de utilização – se encontram na área completamente entaipados. Foram considerados como vazios não-edificados praças, estacionamentos e lotes abandonados, sendo 7 do primeiro e 3 do segundo. Os outros 16 lotes estão ocupados predominantemente por vegetação.

Outro fator de mudança notado foram os remembramentos, como exemplificado na Figura 35. Sem um mapa elaborado por órgãos oficiais, ir a campo desprovida de informações como esta tornam a tarefa de pesquisa mais difíceis aos que estão na área. Sem acesso irrestrito às edificações, o resultado do mapa de uso e ocupação torna-se possivelmente carente, dependendo apenas da análise de fachadas para concluir quais lotes fazem agora parte de um mesmo empreendimento. Como por exemplo na Faculdade de Administração e Negócios (FAN), que utiliza 2 lotes, mas as edificações lindeiras possuem a mesma paleta de cores, podendo ser mais uma adição ao prédio principal. Não se pode afirmar com certeza qual dos dois seria o caso, confiar na arquitetura comum ou na paleta, tendo em consideração a conjuntura em que este levantamento foi feito, com edificações fechadas ou com horários restritos. A COPLAN (Cooperativa De Crédito Rural Dos Plantadores De Cana De Alagoas), mostrada na Figura 37, opera hoje em 4 lotes, todos com características discrepantes. Dois dos quatro possuem beirais, dois deles empregam um toma de verde mais claro não compartilhado nos outros. A decisão final em relação a quais teriam sido os remembramentos, ou desmembramentos, foi baseada na quantidade de fatores comuns entre si e o que faria sentido de acordo com o porte de cada empreendimento.

Figura 37: COPLAN, R. Sá e Albuquerque



Fonte: elaborado pela autora, 2022

Sabe-se que o decaimento geral do bairro começa no século XVII, com a descentralização dos prédios institucionais, se espalhando agora em outras localidades e esvaziando, em maior parte, o bairro (Alvez, N.G.F., et al, 2017). A manutenção desse estado de constante declínio perdura até os dias de hoje, como documentado até este ponto. Durante o período no qual se foi produzido este trabalho foram notadas mudanças consideráveis, desde a mudança na locação de títulos, o contínuo abandono causador de agentes degradantes de matéria, dentre eles o crescimento de vegetação e ação erosiva. A inconstante atenção dada ao bairro e suas tentativas malogradas de revitalização o esvaziaram vez após outra, deixando-o na atual conjuntura.

A composição territorial da SPR-1 hoje apoia-se em 3 pilares: comércio, serviços e instituições. Bairros com tais características são, segundo o Centro de Referências Especializadas de Assistência Social (CREAS), ponto de concentração de jovens, por ofertar oportunidades para trabalhar de forma autônoma ou para complementar a renda da família (Souza, N., 2013).

Aproveitando deste fator e partindo do princípio abordado por Marcia Sant'Anna (2010), de que a preservação e manutenção do patrimônio histórico centrada nas pessoas possibilitam sua existência e continuidade, somada ao que Jacobs (1961) discorre no livro "Morte e Vida das Grandes Cidades" sobre como tornar ruas seguras através da multiplicidade de funções desempenhadas num mesmo distrito, este trabalho propõe que o novo uso

designado à edificação escolhida para projeto de restauro seja voltado para a sede feminina para um Abrigo de adolescentes em situação de rua<sup>12</sup>.

Nessa perspectiva serão aliados dois dos quatro<sup>13</sup> princípios abordados por Jacobs (1961) em seu livro, sendo o primeiro sobre a manutenção de edificações com variados períodos de construção – condição suportada pelo próprio PD da cidade –, e o segundo a multiplicidade tipológica de tais edificações. Tais princípios foram escolhidos como norteadores para que a sensação de insegurança que se experiencia ao andar pela SPR-1 possa ser minimizada tanto quanto possível dentro de um projeto arquitetônico, mas a presente pesquisadora está ciente que apenas um plano a nível de arquitetura não é o suficiente para revitalizar toda a subárea abordada, tampouco pretende tentar por meio deste elaborar um plano urbanístico, ressalta-se, todavia, a importância do mesmo, para que as novas residentes não se sintam “ilhadas”.<sup>14</sup>

A proposta será desenvolvida em nível de anteprojeto, considerando a metodologia utilizada para a restauração de monumentos históricos desenvolvida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), na publicação do Manual de Elaboração de Projetos (2005).

A concepção da adequação projetual começou pela avaliação do entorno. O plano urbanístico é importante, a relação com o entorno é essencial para o cumprimento por exemplo do Art. 54 do ECA. Nele consta ser parte das responsabilidades do Estado garantir à criança e adolescente o ensino fundamental obrigatório e gratuito nas imediações da moradia. Deve incumbir-se também da extensão progressiva da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio, e disponibilizar a opção de ensino noturno àqueles que trabalham, de forma a não abandonar os estudos. Também é

---

<sup>12</sup> O presente trabalho emprega este termo sugerido por Koller e Hutz (1996), para se referir amplamente ao público-alvo, sem a intenção de diminuir a complexidade e nuance do assunto.

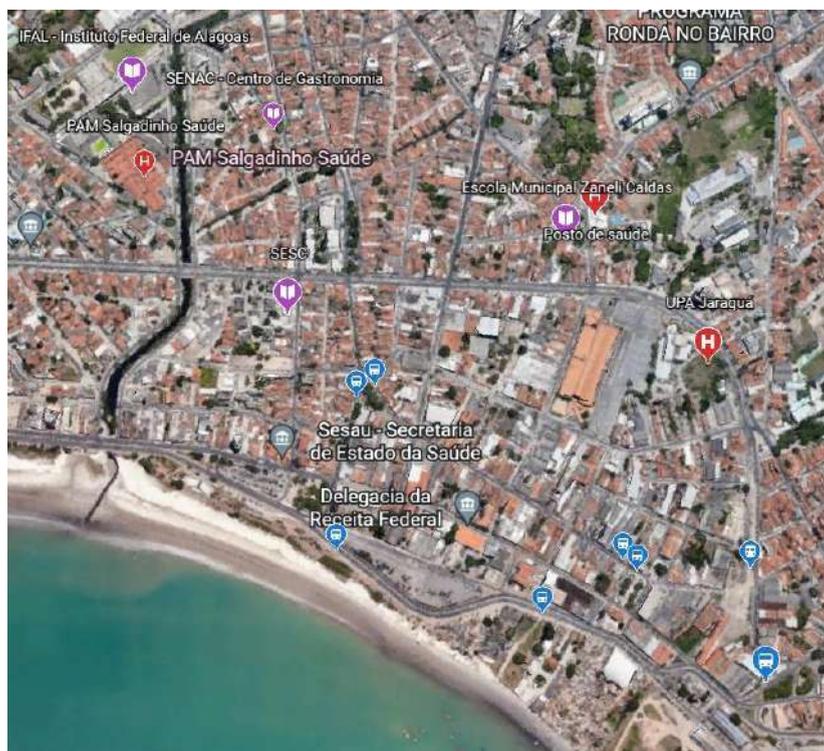
<sup>13</sup> “1. O distrito, e sem dúvida o maior número possível de segmentos que o compõem, deve atender a mais de uma função principal; de preferência, a mais de duas. Estas devem garantir a presença de pessoas que saiam de casa em horários diferentes e estejam nos lugares por motivos diferentes, mas sejam capazes de utilizar boa parte da infraestrutura. 2. A maioria das quadras deve ser curta; ou seja, as ruas e as oportunidades de virar esquinas devem ser frequentes. 3. O distrito deve ter uma combinação de edifícios com idades e estados de conservação variados, e incluir boa porcentagem de prédios antigos, de modo a gerar rendimento econômico variado. Essa mistura deve ser bem compacta. 4. Deve haver densidade suficientemente alta de pessoas, sejam quais forem seus propósitos. Isso inclui alta concentração de pessoas cujo propósito é morar lá.” (JACOBS, 1961, p. 108)

<sup>14</sup> Os equipamentos existentes e benefícios mútuos da inserção dessa demografia no SPR-1 estão no subcapítulo 2.2

dever do Estado assegurar o acesso à níveis mais elevados de pesquisa e da criação artística, de acordo com as capacidades de cada indivíduo. Além disso, deve-se responsabilizar também por prover materiais didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

No caso, de acordo com o mapa na Figura 38, há nas imediações do local escolhido escola de ensino fundamental e médio, além de postos de saúde e delegacia. Há também restaurantes e lanchonetes em um raio de 500m do lote, além da possibilidade de empregabilidade no comércio local. É permeada por pontos de ônibus, dois deles em um intervalo de aproximadamente 300m de distância, para o caso de haver estudantes do Instituto Federal de Alagoas (IFAL), inscritas em cursos do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), e necessidades diversas.

Figura 38: Recorte urbano das imediações do objeto de intervenções



Fonte: *google maps*, modificado pela autora, 2022

Ademais, o próprio PD da cidade, na Seção III – Do Patrimônio Cultural, estabelece no Art. 45 a importância do patrimônio como instância humanizadora e de inclusão social, sendo mais um respaldo para que este público seja aqui inserido, além de trazer de volta também o uso residencial que a SPR-1 outrora abrigou, para dinamizar o local e prover maior segurança nas ruas tendo movimentação em diferentes horários. Além disso, a reintrodução de população local resgata parte da identidade do bairro,

cumprindo sua vocação habitacional. Mais a seguir estabelece, para ZEPs especificamente, que sejam integrados programas de preservação cultural à projeto de habitação de interesse social. Nesse sentido, a SPR-1 poderia se aproveitar de todos esses elementos e acomodar o projeto aqui sugerido. Com uma nova abordagem se espera não repetir erros das tentativas de revitalização anteriores, como focar totalmente no turismo e sujeitar o local a uma vocação que não lhe cabe.

## **2. Público-alvo**

Segundo Thomas J. Scanlon, et al (1998) em sua pesquisa “Street children in latin america”, desenvolvida enquanto afiliado ao centro internacional especializado no cuidado de crianças, Great Ormond Street Hospital, discorre que a maior parte da sociedade e mídia precisa ser convencida de que há valor nessas pessoas. Este capítulo é, portanto, dedicado a esse recorte populacional, tanto para lhe aferir maior visibilidade quanto como meio de justificar a escolha desse público para o projeto.

### **2.1 - Adolescentes em situação de rua: quem são e abordagem**

C. S. Hutz e S. H. Koller (1999) questionam sobre a definição de quem seriam essas “crianças de rua” em seu artigo “Questões Metodológicas e Éticas na Pesquisa com Crianças de Rua”<sup>15</sup>. O termo por si só carrega um estigma no imaginário geral, e a caracterização (ou falta) de tal conceito, “criança de rua”, traz dois pontos a serem considerados. Primeiro, quem são essas crianças? Há, segundo o autor, lacunas a serem preenchidas na própria definição do termo, traduzida de forma diferente a depender de seu referencial, sendo “fonte significativa de discordância e confusão sobre os resultados de pesquisas” (Koller e Hutz, 1999)<sup>16</sup>. Para além disso, utilizar um só termo para definir pessoas com diferentes histórias, famílias e prognósticos é algo raso, implicando que são um grupo homogêneo (Hutz, Koller, 1999). Ainda segundo Hutz e Koller (1999), pesquisadores tentam criar subdivisões a essa população, mas não de forma consistente.

---

<sup>15</sup> traduzido do inglês pela autora

<sup>16</sup> Traduzido do inglês pela autora

De acordo com Scanlon (1998), duas definições foram forjadas pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) em 1986 tendo a América Latina como parâmetro, onde aproximadamente 80 a 90% das crianças em questão teriam algum grau de contato com a família, sendo segundo o autor a maior parte das definições centradas no fator familiar, seu grau de contato e presença na rua. Vale salientar que mesmo existindo esse contato, muitas dessas crianças e adolescentes não conseguem viver junto de tais parentes, dessa forma, a rua “acaba sendo uma consequência da má resolução de conflitos emergentes no ambiente familiar” (Salzgeber, 2012, p. 327).

A Unicef usa desse parâmetro na diferenciação de seus dois conceitos; um seria o de “crianças na rua”, estudantes ou não, que passariam maior parte do dia na rua, tentando conseguir dinheiro para si ou suas famílias, tendo uma forma suporte para a qual retorna de forma geral à noite. Já “crianças de rua” teriam como sua base a própria rua por dia e noite, e na prática não teriam apoio familiar (Unicef, 1986/17). Há também pesquisadores que fazem essa classificação baseada no grau do vínculo familiar; pessoas órfãs ou abandonadas, aqueles que aparentemente saíram do leito familiar por conta própria, e as que mantêm ativamente o vínculo familiar (Felsman, 1985, p. 4). Todas essas diferentes classificações, segundo Hutz e Koller (1999), são prejudiciais para se fazer comparativos entre diferentes estudos com diferentes parâmetros.

A definição da Unicef (1986), é criticada pelos autores como problemática, e não será a considerada no presente trabalho, mesmo estando geograficamente condizente ao mesmo, sendo apresentada a título de informação e como exemplo da diversidade de significados e termos que pesquisadores usam. Para Hutz e Koller (1999), apesar de haver similaridades na forma como se apresentam essas crianças e adolescentes, designar-lhes um só termo passa a mensagem de que estão nas ruas pelo mesmo motivo, com a mesma história. Os autores sugerem como método classificá-las em termos de riscos aos quais estão expostas - como contato com gangues, uso de drogas, desistência da escola, falta de apoio parental -, para que a partir desses dados pesquisadores possam determinar quão vulneráveis crianças em desenvolvimento são.

Com ressalva de citações diretas e indiretas, a expressão usada no presente é de adolescentes “em situação de rua”, de Hutz e Koller (1998), que o sugere como alternativa devido à já comentada complexidade e amplitude do espaço “rua” e das pessoas que a utilizam. Salzgeber (2012) adota também tal termo, sendo o mesmo ampliado por Rizzini (2003) para aqueles que se movimentam entre a casa, a rua e instituições em busca de abrigo e pertencimento, reconhecendo os fatores diversos que podem levar cada um a tal. O abrigo por esta projetado não fará distinção entre esses públicos por histórico, apenas por sexo e idade. A questão poderia ser considerada como aspecto burocrático na admissão de tais crianças, de forma a manter em suas fichas contato com suas famílias, mas na teoria aqui tratada será generalizada sem definir parâmetros de admissão para além do público delimitado, tendo consciência, porém, de suas implicações práticas.

Com a etimologia a ser empregada definida, resta ainda estabelecer qual faixa etária será abrangida. A pergunta agora é até quantos anos se é considerada criança e onde começa a adolescência? A divisão exata de idades para cada fase da vida não existe, cada autor a considera de formas diferentes, e o conceito muda de acordo com a evolução da sociedade. Por exemplo, na Idade Média, a fase em que os dentes nascem é a infância, estando no intervalo de zero a sete anos, precedida da segunda idade, pueritia, durando até os 14 anos. Seguida da terceira idade, a qual difere da conhecida no século XXI. Neste contexto seria o mais próximo da atual adolescência, que se encerraria entre vinte e vinte e oito anos, a depender do autor. Nesse contexto, é chamado de adolescente aquele que já possui a capacidade de procriar, sendo estendida até os trinta anos de idade (Ariès, 1981). O autor atenta ainda, nessa sociedade não existia, na verdade, espaço para a adolescência, pois traduzindo do latim, essa juventude seria a força da idade. O limiar entre infância e adolescência se interpolava, sem uma idade específica na qual se encerraria a infância.

A janela de tempo se modifica no século XIV até o século XVIII, redefinindo-se com a transição para a sociedade industrial. Até então, se classificava infância como a época em que brincam, seguida da idade escolar, as idades do amor e da guerra respectivamente. Nesse sentido, não havia ainda a fase transitória da adolescência, já que só se poderia sair da infância se

o indivíduo não mais fosse dependente financeiramente dos pais, não tendo, portanto, uma idade certa para deixar de ser criança.

Tais termos são criados para melhor diferenciar as pessoas de acordo com a necessidade e variam entre diferentes idiomas. Em francês, por exemplo, existia já no século XVII a expressão *petit enfant*, pequena criança, que possuía o sentido que empregamos hoje em dia. Na Inglaterra o mesmo fenômeno acontece, e no mesmo período se encontra a definição de *lyttle pettes*, os menores alunos. A fragmentação da infância em etapas se completa com a palavra *baby* do inglês, para se referir àqueles em seus primeiros meses de vida. Dado o contexto, o que entendemos hoje por adolescência ainda não existia. A infância, não obstante, estava bem representada, tendo um termo permeando diversas línguas para designar cada etapa, mas ainda levaria alguns séculos até que o adolescente fosse devidamente representado na história. A ideia de juventude começa, para Ariès (1981), na Alemanha do século XX, se difundindo na França como juventude. A principal transmissora do termo ao mundo foi a literatura romântica, sendo suas angústias tema principal dos protagonistas.

A noção de adolescência é, portanto, um conceito relativamente recente na sociedade, datando, de acordo com Philippe Ariès (1981), como sendo forjado no século XX. Depois até da criação etimológica no sentido de diferenciação entre crianças e adultos. Segundo o autor, nas sociedades mais primitivas, a dinâmica familiar se desenrolava de forma diferente daquela vista na sociedade moderna. Eram vistas como um elo frágil, não respeitáveis, e logo eram empurradas para o mundo adulto, aprendendo valores com a vivência junto aos mais velhos. Muito comum era a morte de crianças pequenas, a qual o autor (1981) afirma poderia impactar aqueles ao redor, mas sua natureza habitual seria a de não prestar um luto intenso frente ao fato, pois uma criança logo nasceria de novo, cobrindo o vazio.

Tão logo uma criança crescesse imediatamente se afastava dos pais. As famílias não se uniam apenas no amor, era uma questão mais prática, da qual o afeto poderia se desenvolver. A partir do século XVII é feito um distanciamento entre crianças e adultos, no que Ariès (1981) chama de “quarentena”, sendo esta compreendida como a época em que a criança se desprende dos adultos como fonte de conhecimento, e tem seu aprendizado deslocado para a escola. Ao mesmo tempo em que houve essa cisão na

estrutura familiar, tornou-se um local sinônimo de afeto, entre cônjuges e entre pais e filhos.

A partir da inserção infantil no meio acadêmico, e da maior valorização do mesmo pelos pais, que a criança passa a ter mais importância, tornando-se o centro familiar. A morte de um descendente passa a ter impacto no psicológico dos cuidadores, que limitam o número de filhos para poder melhor atender às necessidades daqueles que já tem (Ariès, 1981).

Apenas a partir da Grande Guerra que o conceito de adolescência se desenvolve, quando ex-combatentes se opõem às gerações passadas.

aí em diante, a adolescência se expandiria, empurrando a infância e a maturidade para a frente [...] Passamos de uma época sem adolescência a uma época em que a adolescência é a idade favorita. Deseja-se chegar a ela cedo e nela permanecer por muito tempo. (Ariès, P. p. 36, 1981)

Esses novos signos chegam como consequência de novas dinâmicas na sociedade, os fatos sociais, explicados por Émile Durkheim (1893) como diferentes eventos, sejam eles relacionados a poder, legislação ou moralidade, que exercem força coercitiva sobre o indivíduo para que ele se adapte aos moldes sociais impostos. A criação de uma classificação para a faixa aqui tratada vem acompanhada da exaltação dessa juventude, tornando-se tema literário capaz de “reavivar uma sociedade velha e esclerosada” (Ariès, P. p. 35, 1981). Ariès (1981) utiliza de palavras fortes para descrever aquilo que chama de “sociedade antiga”, mas essa expressão não apenas descreve a decadência de uma era, ela coloca nos jovens o sentimento de esperança em salvá-la. Em contrapartida tal população era e continua sendo colocada em situações vulneráveis. A jovialidade é adorada atualmente, porém de forma quase exclusivamente limitada à estética.

Há muito em comum entre essa era e a “sociedade antiga” de Ariès, no sentido de desmazelo com esse grupo. Antes, sem sequer um nome para essa faixa etária, eram considerados adultos, deles esperados agir como tal. Tornou-se parte do senso comum que, em especial adolescentes em situação de rua, sabem o que estão fazendo e como navegar pela vida (Scanlon, et al, 1998). Por mais que eles possuam habilidades desenvolvidas para a sobrevivência, como

Selma B. Salzgeber (2012) aponta exemplificativamente mudar de nome, distorcer informações e uso de violência para sobreviver a situações que, num geral, não estão bem equipados psicologicamente para lidar. Um desenvolvimento saudável dificilmente é atingido nesse contexto. Foi pensando nessa população negligenciada e sem voz que se escolheu fazer um projeto cujo programa contemplasse esse grupo. A princípio se considerou projetar para crianças e adolescentes, ideia descartada ao pesquisar sobre o tema e perceber as diferentes necessidades dos grupos etários, havendo risco em colocar as duas populações conjuntamente.

No artigo já mencionado Scanlon (1998) apresenta inclusive dados referentes aos riscos que essa população está propensa a sofrer ao longo dos anos na rua, podendo chegar nas instituições com consequências a tais exposições como ISTs (infecções sexualmente transmissíveis) e dependência química, considerando que 81% das crianças com base na rua usam, por exemplo, cola de sapateiro para aliviar sintomas da fome, contraposto a 45% de jovens com base familiar. O mesmo padrão de uso se repete com outras substâncias, sendo mais comum entre aqueles sem uma casa para voltar, da mesma forma que traumas e infecções.

Em termos de saúde mental, foram caracterizadas por adultos como sem autoestima, vontade própria, ou disciplina para conquistar objetivos. Esses mesmos adolescentes se classificaram como o exato oposto do que foi pensado delas, sendo otimistas sobre o futuro, com anseio por carreiras futuras, tendo inclusive experiência no campo mencionado, além de determinadas a sair das ruas (Scanlon, p. 1598, 1998). Essa determinação é evidência contrária às concepções errôneas que o autor expõe existirem na sociedade. A vontade em mudar suas circunstâncias apesar de se apresentarem tão sistemicamente difíceis de transpassar.

O autor aponta ainda que os testes comumente usados para medir o bem-estar mental possuem uma linguagem técnica a qual não tiveram oportunidade de aprender, sendo um medidor difícil de mensurar. Hutz e Koller (1996) afirmam que o desenvolvimento psicológico pode ser prejudicado pelo fato de se viver na rua, e mesmo que não afetasse, afirma não ser um local saudável para ninguém viver. Scanlon (1998) demonstra e confirma sua constatação anterior, a sociedade precisa ser convencida do

valor existente nessas pessoas, vistas através de estereótipos dos quais elas mesmas não concordam, praticam, são.

Dito isso, em termos de teoria, John Bowlby (1989), psicólogo, psiquiatra e psicanalista, especialista em desenvolvimento infantil, considera que o sucesso parental é uma peça importante para a saúde mental da próxima geração, podendo afetá-la negativa ou positivamente. Essa tarefa, admite o autor, é árdua e estressante por vezes, da qual muitas variáveis podem descarrilhar o processo do que chama anteriormente como êxito parental. Jovens adultos equilibrados, felizes e seguros de si são resultado direto de famílias estáveis, algo que pode não ser necessariamente uma norma social. Para melhor entender como é possível que os lares não estáveis sejam normalizados, Bowlby (1989) faz um paralelo; numa sociedade em que há escassez crônica de alimentos, haverá como norma um nível nutricional precário, do mesmo modo, explica, pais de crianças pequenas deixados à própria sorte e sem ajuda podem fazer com que esse fato social de desregulação no lar seja normalizado (Bowlby, 1989). Contribuintes para tal estariam a atenção e tempo gastos com a criança e um ambiente adequado, no qual se tenha segurança alimentar e emocional.

A partir de abordagem comportamental, Bowlby (1989) cunha o que fica conhecida como teoria do apego. De forma geral, sua pesquisa divide o desenvolvimento individual entre diferentes modelos de apego, o seguro e inseguro. Desde os primeiros meses de vida o vínculo entre criança e mãe é construído, a partir de condutas pré-programadas de forma a manter a proximidade com a figura materna (BOWLBY, 1969). As interações entre criança e cuidador tem, portanto, grande impacto em seu crescimento social, emocional e intelectual. Nos exemplos dados a priori em seu livro “Uma base segura”, de 1989, o autor usa os termos “mãe” e “filho”, mas deixa claro que as aplicações de sua teoria não são limitadas a estes. O modo de apego desenvolvido pelo indivíduo são provas de como sua família de origem se relacionou, de forma funcional ou não.

Na família as pessoas constroem seus primeiros vínculos afetivos e emocionais, desenvolvem autonomia, tomam decisões, exercem cuidado mútuo assim como conflitos. É nela que se desenvolve seu ego, personalidade, sua capacidade para se relacionar com o meio e outrem. E essa estrutura não é estática, conforme passa o tempo e experiências são compartilhadas, essa rede

se desenvolve junto aos indivíduos. Nela limites são estabelecidos e uma referência de autoridade é imposta dentro da conjuntura de cuidado ao jovem, sendo intrínsecos para a evolução e construção do indivíduo. O próprio “Plano Nacional de Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária” (2007), ação conjunta entre governo federal, estadual e sociedade civil, foi baseado no pressuposto de manutenção do vínculo familiar e qualificação dos serviços de acolhimento visando o retorno da criança e adolescente à família de origem.

Em momento algum Bowlby diminui o quanto, até em condições ambientais ideais, se é custoso criar um filho para que cresça feliz e seguro de si. É necessária uma dedicação e atenção quase constantes, de forma que atividades são sacrificadas. Ter ajuda é vantajoso, em nossa sociedade vinda comumente da figura da avó. No entanto, não é uma garantia a de que toda mãe possa renunciar a um emprego para conseguir essa dedicação exclusiva a um filho. Considerando para além do ambiente, a propensão de cada indivíduo a tal nível de devoção varia (Bowlby, 1989). Em resumo, enquanto concordando que indispensável, não se pretende apontar a educação ou famílias individuais como responsáveis pela circunstância em que cada um se encontra. Cada adolescente em situação de rua nela se encontra por uma conjuntura complexa dentro de um sistema político com baixa possibilidade de mobilidade social. Bowlby (1989) finda a primeira seção de seu livro apontando inclusive que uma sociedade que joga os pais à própria sorte acaba por adotar esse estado como norma, mesmo sendo inaceitável.

Essas circunstâncias sociais adversas as fazem se fixar na rua e aderir a trabalhos casuais envolvendo marketing, lavar e vigiar carros, pedir, até roubos e prostituição. Apesar da presunção geral de que todas são ladras, não há evidência que comprove isso. Ainda assim, são extremamente marginalizadas pela sociedade, um grupo visto como sem redenção e tendo comentários rasos como “deveriam ir trabalhar, estudar, sair da rua” lançados a elas. Ataques não se restringem à forma verbal, visto que, segundo o informe 2021/2022 da Anistia Internacional (2022), aproximadamente 90% dos assassinatos de crianças no Brasil são impunes.

Tendo em mente o desafio que seria produzir um espaço que atendesse a esse tipo de exigências especiais de forma a acomodar tais adolescentes e ainda proteger crianças mais jovens de serem expostas no abrigo a essa

realidade, em adicional ao risco de contato físico abusivo entre essas diferentes faixas, o público então foi restringido à adolescentes, seguindo a média etária segundo a definição do ECA, sendo entre 12 anos completos e 18 anos.

Outro ponto levantado por Hutz (1999) seria como coletar dados dessa população, ao que Hutz se aprofunda em seu trabalho, porém na presente pesquisa, será desenvolvido sem contato com essas crianças, tanto por questões de saúde em meio à Covid, podendo ambas as partes ficarem vulneráveis. Além disso, segundo Hutz e Koller (1999), uma série de precauções deve ser tomada ao se fazer tal contato; devem ser treinados profissionais para isso, conduzidas entrevistas, além da impossibilidade de conseguir um verdadeiro termo de consentimento com menores de idade, por não se conseguir encontrar seus pais, caso existam, e em diversos países menores de idade não podem legalmente consentir, mesmo os considerados emancipados pois “não possuem a habilidade cognitiva para entender todas as implicações e possíveis consequências da pesquisa” (Hutz, Koller, 1999, p. 6718). Esses termos e competência estão fora da área de estudo da pesquisadora, dessa forma, o programa de necessidades foi retirado de estudo de caso e fontes teóricas, apresentadas no capítulo 3, seções 1 e 2.

Após ponderar ainda sobre as minúcias ao trabalhar com adolescentes, tornou-se claro que a restrição de faixa etária não seria suficiente para a ideia de um acolhimento seguro, por existirem disparidades nas especificidades de atenção também entre sexos, possíveis atos de violência físicas e sexuais, além da questão da gravidez na adolescência, algo “praticamente universal entre as garotas” (Scanlon, p. 1598, 1999<sup>19</sup>). Segundo o autor, as vidas sexuais desses jovens se iniciam cedo, como forma de assegurar dinheiro, comida, abrigo, algo que Scanlon classifica como “sexo de sobrevivência”.

A incidência de distúrbios depressivos num modo geral é maior em mulheres, sendo de 10% a 25%, contra o observado em homens, 5% a 12%. Quando considerado a faixa etária do público-alvo, os números caem, de 3,3% a 12,4%, continuando um número considerável. O baixo nível socioeconômico, fatores ambientais e perda ou afastamento parentais aumentam as chances de ocorrência, sendo universais entre adolescentes em situação de rua

---

<sup>18</sup> Traduzido do inglês pela autora

<sup>19</sup> Traduzido do inglês pela autora

(Dell’Aglío, Hutz, 2004). Para clarificar, estar, por si só, em situação de rua, não determina com certeza o surgimento da depressão, porém, dentre outros, tal fator ambiental e de um predomínio histórico familiar afastado, são condicionantes para tal.

As adolescentes também tendem a investir emocionalmente em relações interpessoais, resultando em uma maior dificuldade em lidar com possíveis discussões. Outra disparidade comportamental está na forma como expressam o descontentamento, enquanto garotos usam de distrações e formas externas de aliviar a tensão, como violência e drogas, as garotas internalizam e lidam com sentimentos de tristeza, insatisfação e depressão (Dell’Aglío, Hutz, 2004). Além disso, “a desordem depressiva é mais comum entre as meninas após a puberdade” (Dell’Aglío, Hutz, 2004), encaixando-se assim no recorte aqui justificado.

Em pesquisa de 1996, Kuschik elabora entrevista padrão com jovens de 11 a 17 anos e destaca quais as principais disparidades em opiniões entre os sexos, sendo a sensação de segurança entre as meninas menor do que a notada pelos meninos, apesar de 34% a mais de meninos relataram encontros físicos violentos com autoridades, sendo o comportamento mais comum a cada sexo frente às mesmas situações. O abrigo seria em conclusão exclusivo a adolescentes do sexo feminino, havendo, segundo Kuschik (1996), 47% de procura por instituições para pernoite dentre suas entrevistadas. Essa estadia, apesar de ser provisória na vida dessas pessoas, foi construída de forma a lhes garantir o conforto que não possuem.

## **2.2 - Público de risco, família e abrigos institucionais**

A presente seção tem como objetivo visualizar a trama criada entre adolescente, família e instituição, para que o espaço possa suprir, dentro de suas limitações, as necessidades tanto físicas quanto emocionais das jovens. Vale salientar que o Plano Nacional (2007) possui em seu corpo diretrizes para que crianças e adolescentes fiquem seguras dentro de seus lares, fixos ou provisórios, e é sua conduta que se sugere seguir nesse aspecto prático da instituição.

O Instituto Fazendo História, fundado com objetivo de auxiliar crianças e adolescentes com experiência em programas de acolhimento a se

desenvolver, publica no trabalho “Adolescentes em Transição” (2011), práticas realizadas e aprendidas com tal demografia a fim de inspirar novas gerações a buscar melhores estratégias na garantia de uma transição do acolhimento para a vida adulta. Neste trabalho afirma que um parâmetro para que o adolescente tenha maiores chances em ser autossuficiente e responsável, sua experiência comunitária durante o acolhimento deve ser rica.

É importante portanto estudar a relação estabelecida entre essas pessoas e instituições, considerando que o desenvolvimento delas é influenciado por sua passagem em programas de acolhimento. Esse fator apenas ajudou a delimitar, como explorado no primeiro capítulo, qual seria o local em que o projeto Aconchegue se acomodaria na urbe, tendo estrategicamente instituições de ensino e lazer perto, além de equipamentos urbanos existentes.

Abrigos Institucionais são uma medida emergencial a ser cumprida por no máximo 2 anos, sendo feita uma reavaliação a cada 6 meses, na qual se estuda a possibilidade de reintegração familiar ou colocação em família substituta. Esse prazo pode ser estendido, contanto que comprovada a necessidade, sempre em valor do que seria melhor para o jovem (ECA, Art. 19). No caso de abrigos institucionais, é dada a preferência àqueles com melhor índice de sucesso na reintegração familiar ou de adaptação à família substituta (ECA, Art. 90), fator levado em consideração na construção do projeto, para que o Aconchegue pudesse ter um resultado satisfatório na vida dessas adolescentes.

Há uma incredulidade no sistema, por já terem passado por muitos programas e locais de acolhimento com promessas vazias e sem soluções. Esse ceticismo se estende ao âmbito político e afetivo, distanciando emocionalmente esses jovens desses locais que deveriam existir para lhes dar apoio. Dessa forma, é comum que tratem esses locais como apenas extensão do que conhecem – a rua –, os levando a não respeitar esses espaços. Somando esse fator à quase universalidade de seu contexto social precário e a negação de seus direitos básicos de acesso a educação, lazer e cultura, combinados ao fácil acesso a informação da existência de parâmetros opostos de existência, com riquezas e regalias que nunca experienciaram, “a prática do ato infracional pode emergir como oportunidade para a realização de seus interesses [...], ou, é o lugar social esperado que ele ocupe” (Instituto Fazendo

História, 2011). Nessa conjuntura, com a crença que o ambiente é apenas temporário e a experiência fadada ao fracasso, assumem novos nomes para cada instituição, distanciando-se ainda mais do programa sugerido onde estiverem. Compartilham de suas verdadeiras histórias apenas com quem estabelecem algum laço afetivo (Salgeber, 2012), e esse é o objetivo do projeto Aconchegue, suprir a necessidade dessas adolescentes por âncoras, carinho e segurança, as ensinando a conviver e confiar novamente, para que estejam prontas para um futuro melhor.

Apesar de ser possível que transcrições ocorram, como citado anteriormente por Salzgerber (2012), é possível também que aconteça uma melhora, há aqueles que tem consciência de que suas vidas seguem em uma tangente difícil e perigosa da sociedade, mas acima disso contam com instituições para transpor tais adversidades (Koller, 1996). Para o Instituto Fazendo História (2011), o serviço de acolhimento é essencial para que cheguem à idade adulta cidadãs responsáveis, autônomas e participativas. É junto aos cuidadores, técnicos e educadores que podem descobrir de maneira saudável quem são, como se apropriar positivamente dos aparatos disponibilizados pela cidade, como navegar a vida adulta sem cair em padrões comportamentais autodestrutivos. A elas é necessária acima de tudo a segurança que não possuíam nas ruas ou em seus lares; integração com a sociedade e entre si de forma a criar vínculos saudáveis umas com as outras e com adultos referência; e liberdade para tomar suas decisões e se integrarem à sociedade.

## **3. Projeto Abrigo Aconchegue**

### **3.1 - Definição e princípios norteadores**

Ressalta-se a marcante tipologia remanescente da zona portuária da cidade de Maceió – AL, caracterizando-se por fachadas ecléticas com influências neoclássicas e “junto com o romantismo do século XIX [...], vivendo suas fases fortemente” (Menezes, p. 26, 2011); as fachadas possuem riqueza ornamental diversificada de acordo com a tipologia do edifício, mais rebuscadas naqueles de importância comercial – à sua época de construção – , e simples nas residências; presença de vergas retas, esquadrias simples com bandeira comumente marcada pela presença de losangos e moldura, cornija e cimalkas marcando horizontalmente o entablamento. Sendo, portanto, oportuno o desenvolvimento de uma proposta de restauração para a sua preservação.

Em meio ao contexto histórico supracitado, a rua Sá e Albuquerque ascendeu entre os anos 1820 e 1840, tendo seu declínio iniciado, segundo Vasconcelos (2005) por volta da década de 1980, chegando ao estado em que se encontra atualmente após sua geral degradação em vista ao abandono da SPR-1 com a mudança já mencionada de instituições e comércio ao centro, além da ativa não-manutenção e negligência das edificações históricas, seja por parte da União, em uma falta de compromisso com o patrimônio, seja pela iniciativa privada em seu desejo de modificar os espaços existentes através de sua ruína, de forma a não precisar pagar multas. O resultado são os visíveis problemas de infraestrutura, subutilização das edificações, abandono e esvaziamento.

Esse cenário de degradação acontece apesar de estar, de acordo com o Código de Urbanismo e Edificações de Maceió, no SPR-1, e encontra-se inserida, como citado anteriormente, num bairro classificado como ZEP-1. Independentemente disso, as edificações encontram-se em grave estado de contínua precarização.

Figura 39: Edificação notificada pela prefeitura, R. Sá e Albuquerque



Fonte: elaborado pela autora, 2021

Em visitas realizadas à SPR-1 entre os horários 9h e 19h aos fins de semana, percebeu-se o esvaziamento das ruas e calçadas, aumentando a sensação de insegurança ao caminhar. Essa sensação diminui em horários comerciais, por ser, ainda e apesar de tudo, uma área comercial, sendo também permeada por instituições tanto de âmbito privado quanto público, categoria da qual o Aconchegue faz parte.

Figura 40: À esquerda Câmara Municipal de Maceió, à direita Receita Federal



Fonte: elaborado pela autora, 2021

A existência de usuários apenas sob condições específicas registradas nas visitas *in loco*, deixando a outros horários a sensação de insegurança ao

transitar, revela na prática o abordado ainda por Jacobs (1961), no qual afirma que multiplicidade de usos em uma mesma rua aumenta suas chances de se manter consistentemente movimentada. Tendo em consideração que cada uso possua um horário diferenciado de utilização, “a calçada deve ter usuários transitando ininterruptamente” (Jacobs, 1961, p. 34). A autora discorre não só a respeito do contexto micro das calçadas, como também aplica essa condição – sendo quatro condições no total para o dinamismo e vida no distrito<sup>20</sup> – ao macro, a cidade. Essa diversidade de funções entre edificações injeta vivacidade nas ruas, tornando toda a malha urbana confortável para o trânsito do usuário. Na Figura 40 há o exemplo de instituições públicas e no fim da rua mostrada se encontraria o projeto aqui desenvolvido, se integrando à rua com essa vocação ao mesmo tempo que pretende aumentar essa dinamicidade de horários com o fluxo das moradoras e cursos que pretende ofertar, além dos aparatos que se sugere serem abertos – com ressalvas referentes à segurança das moradoras – ao uso público, como a biblioteca, mediante cadastro para acesso.

Considerando a importância do fluxo comercial para o desenvolvimento de Maceió enquanto capital e o impacto que as instituições bancárias tiveram na ascensão comercial do Jaraguá, a construção escolhida para o presente trabalho, o antigo Banco de Londres, na rua Sá e Albuquerque, localizado dentro da ZEP-01, encontra-se em uma região central importante para sustento tanto econômico do bairro como também seu dinamismo.

Entendendo o enquadramento do projeto na urbe, parte-se para a definição de abrigo institucional, para que se possa dentro dela atender primeiro os requerimentos legais para tal instituição operar de forma segura, quanto para planejar dentro de suas limitações um ambiente confortável como fora visionado desde o princípio.

O Abrigo Institucional oferece às crianças e adolescentes de 0 a 18 anos, afastados do seio da família, um acolhimento provisório por medida protetiva de abrigo (ECA, Art. 101), até que haja possibilidade de retorno da jovem à família de origem ou, em último caso, à família substituta. Seu funcionamento diário acontece pelo revezamento de cuidadores, os quais desenvolvem

---

<sup>20</sup> Ver nota de rodapé nº 11

determinadas tarefas da rotina cotidiana das crianças e jovens. (Luz, IBCM, 2017)

O projeto Aconchegue comporta um número de residentes menor – até 16 –, trazendo essa redução para que a proximidade entre morador e cuidadores seja maior, tornando possível a criação de vínculos proporcionando-lhes afeto de uma forma que em um Instituto com mais de 20 pessoas seria mais desafiador. Essa diminuição em conjunto com baixa rotatividade de educadores evita também interrupções na continuidade e estabilidade do cotidiano.

Escolheu-se tal categoria também na tentativa de diminuir a carga negativa que espaços com essa denominação carregam, vistos como excessivamente rígidos e frios. Somando isso ao fato de que para se ter classificação de Casa Lar é necessária existência de pessoas dispostas a se inscrever no Programa Família Acolhedora, algo não amplamente difundido atualmente (Luz, 2017).

Feito de acordo segundo diretrizes do documento Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009), vigente a nível federal. Tais parâmetros são necessários para a construção mais próxima possível do ideal e confortável para garantir o bem-estar de seus moradores. Como explorado no Capítulo 2, o público-alvo do projeto passa, dependendo do tempo e de sua relação com a rua, por diversas situações de risco, tanto físico como emocional, e precisam de um local que lhes passe aconchego e segurança.

As diretrizes para o projeto estão voltadas então às necessidades específicas das adolescentes. A primeira e principal prioridade é a **segurança**. Depois de entender as especificidades históricas do grupo, a necessidade de proteger essas adolescentes de situações de risco e violência internas tornou-se imperativo. Para ser classificado como institucional, é necessário que abrigue no máximo 20 residentes, seja semelhante a uma residência, e esteja inserido na comunidade, algo possível através dos cursos ofertados, do espaço de exposições para as produções locais das alunas e da biblioteca. Se sugere que tais equipamentos sejam, no entanto, de uso prioritário a moradores, sob supervisão constante de pelo menos 2 cuidadoras para o térreo, e tendo acesso restrito mediante cadastro.

Tal objetivo deve ser realizado, também, de forma a não as sufocar em rigidez espacial e vigilância direta e constante, apesar de ser necessário que estejam no campo de visão de pelo menos um adulto responsável. O que fundamenta a segunda diretriz é a **integração** dos espaços entre si, para que tenham visível a responsável mais próxima, mesmo estando em outro ambiente. A demarcação por paredes é mínima para cumprir com esse objetivo, tendo o mobiliário como divisor dentro do plausível, algo que reforça o primeiro critério de segurança ao mesmo tempo de lhes oferecer o nível de liberdade de não ter constantemente um supervisor no mesmo espaço confinado por alvenarias.

Todo o pavimento térreo foi planejado, do início até o produto aqui apresentado, tendo em vista esse conceito. É possível notá-lo pelo claro fluxo da entrada ao elevador, fluindo ininterruptamente e com ramificações pelos mobiliários e diferentes espaços. O abrigo também fica, como mencionado no capítulo 1.4, a uma distância de uma quadra de ponto de ônibus e a aproximadamente 1 quilômetro do SESC (Serviço Social do Comércio) e Escola Sesc Jaraguá. Em um raio de 500 metros há também a UPA (Unidade de Pronto Atendimento) Jaraguá, Centro de Convenções de Maceió e a Estação Jaraguá.

É importante manter a integração de tais jovens com a vida exterior ao abrigo, para que possam continuar seus estudos livremente em um horário, e lhes dar a opção de fazer oficinas profissionalizantes no horário livre, disponíveis no próprio espaço do abrigo, equipado com salas de estudo organizadas entre privativa/grupo, auditório, além de maquetaria e espaço de exposições. Como demonstra a Figura 41, a localização permite aproveitamento do entorno para enriquecimento pessoal seja artística, seja academicamente.

Figura 41: Vista aérea contendo arredores do Abrigo Aconchegue. Em vermelho, caminho até o Sesc, e em amarelo até o ponto de ônibus mais próximo



Fonte: Google Maps, modificado pela autora, 2024.

Aproveitando desse local estratégico entre pontos recreativos e instituições educadoras, foi tomada como terceira diretriz a **liberdade**. Para que as jovens não se sintam desmotivadas e desistam da instituição, lhes oferecendo novas opções de fontes de renda responsáveis e legais, na tentativa de afastá-las das alternativas à margem da lei. Um serviço de acolhimento com foco voltado majoritariamente à parte institucional deixa pouco espaço para que os adolescentes possam refletir, desenvolver suas habilidades e fazer escolhas. Como ressaltado pelo Instituto Fazer História (2011), sua autonomia lhes é tirada, não se pensa com eles, somente por eles.

Figura 42: Ilustração da fachada do projeto Aconchegue



Fonte: elaborado pela autora, 2024

O projeto, portanto, possui espaços para que as jovens possam se expressar de forma segura, desenvolver suas habilidades e descobrir seu potencial, de forma a fugir da visão assistencialista que podem recair sobre esses espaços.

A fim de chegar ao produto o projeto de restauro se ancora naquele que integra o conjunto de “Cadernos Técnicos do Programa Monumenta”, desenvolvidos como forma de cimentar conceitos e normas relativos à preservação do Patrimônio Histórico. O Manual de Elaboração de Projetos de Preservação do Patrimônio Cultural, elaborado no ano 2000, se propõe a assistir em todos os processos relativos à consolidação e preservação do patrimônio, a fim de atingir níveis mais altos de qualidade no futuro. Seguiu-se como instruído no Manual (2000), o qual comporta diretrizes que julga indispensáveis à elaboração do projeto.

As etapas sugeridas pelo Manual (2000) são a identificação do bem, seu diagnóstico e a proposta de intervenção. À estas fora adicionada apenas estudo de caso pela autora de forma a demonstrar quais inspirações foram absorvidas de forma a readaptar a figura de uma instituição bancária para um abrigo institucional.

A identificação de um bem, para Brandi (2019), consiste no momento metodológico da mesma. O reconhecimento da obra de arte como tal marca, em determinado momento na história, a base pela qual cada decisão futura será tomada em prol do bem patrimonial, ou seja, como o indivíduo responsável tratará a matéria a partir de então. (Brandi, 2019) Admitir certo bem traça, na consciência individual daquele que o admitiu, um escopo do diagnóstico sugerido pelo Manual (2000), estando os dois interligados.

Essa identificação pode ser feita, ainda de acordo com Brandi (2019), entre os polares estético e histórico, e cada modificação deve ser justificada sob um desses aspectos. Isso torna a intervenção de restauro única e variante de acordo com cada profissional, podendo diversos caminhos serem tomados em prol do objetivo final de restabelecer a unidade potencial da obra de arte, desde que isso possa ocorrer sem cometer falsos históricos e sem nulificar as cicatrizes deixadas pelo tempo, que passam a fazer também parte do conjunto.

Inicialmente se deve apoiar na teoria, pois dela partem as ações a serem tomadas em prol da obra. Para Brandi (2019), toda decisão tomada deve ancorar-se na dualidade justificatória dos aspectos histórico e estéticos, colocando qualquer intervenção feita antes de se identificar essa obra injustificável e arbitrário.

O Manual (2000) subdivide o tópico “conhecer o bem” em pesquisa histórica; levantamento físico; análise tipológica, identificação de materiais e sistema construtivo. O “conhecer o bem” tem por objetivo aferir a autenticidade de elementos da edificação a partir de sua análise qualitativa, de forma a sustentar futuras decisões projetuais, como adições ou remoções. Através do conhecer se pode sistematizar informações coletadas e trazer seu resultado no diagnóstico, tido como a etapa seguinte no processo. Baseado em prospecções coletadas durante a pesquisa como vãos que tenham sido entaipados ou crescidos, alterações em elementos construtivos, estado de conservação, alterações estruturais. O diagnóstico é apresentado na forma de mapeamento em plantas, elevações e documentação fotográfica sendo esse o resultado da análise das informações obtidas na etapa anterior.

É analisado o estado de conservação com levantamento das patologias dos materiais, alvenarias, revestimentos, cobertura e o que mais puder ser levantado. A forma como se comporta o sistema estrutural também é avaliada, desde a fundação, vigas, colunas, sistema de cobertura entre outros. Se identifica, então, qual agente causador de tais patologias, seja ele externo ou inerente à edificação. Por fim a proposta de intervenção, sendo essa a ordem que este trabalho segue.

O contexto histórico do bairro foi extensivamente apresentado no primeiro capítulo. Em relação ao antigo banco, uma publicação de 1957, "*Bank of London & South America Limited, A Short History*" contextualiza toda a história de criação do aqui conhecido como antigo banco de Londres. Sua ideiação começa em 1862, um empreendimento anunciado como uma incorporação ao "*London & Brazilian Bank Ltd.*" para operar também em Montevideu e Buenos Aires, no intuito de investir na região do Rio da Prata. A grandeza da capital da República Argentina havia sido adequadamente estimada, e chamara atenção de expedições militares, malhas viárias e bancos, na qual o inicialmente chamado "*London, Buenos Aires and River Plate Bank*" fora fundado e construído no ano de 1862.

O Banco imediatamente prospera, em 1865 tem seu nome atualizado para "*The London and River Plate Bank Limited*", e tem sua segunda agência em solo argentino aberta em 1866 na cidade de Rosario, estando acima de todos os outros bancos comerciais financiando importações e exportações. Seu não envolvimento com investimentos o ajuda a sobreviver crises financeiras resultantes do rápido crescimento da época. Ainda de acordo com a publicação de 1957, o banco ocasionalmente emprestava dinheiro ao governo, tendo sido contribuinte no desenvolvimento das regiões em que se estabelecia.

Até o ano de 1880 o Banco teve inegável estabilidade, encontrando dificuldades apenas no ano de 1876, no qual enfrenta uma epidemia. Em 1885 abre uma filial em Paris, Lisboa e na Antuérpia, cidade localizada na Bélgica. Avançando para a década de 1910, apresenta crescimento logo antes da Primeira Guerra, devido a ampliação na demanda e importações de cereais e a recém-descoberta habilidade mercantil em exportar carne congelada da

Argentina para a Europa. Com grande influxo de exportações, novas filiais são abertas na Argentina, se expande para o Chile, Uruguai e se estabelece no Brasil, nos estados de Pernambuco, Pará e São Paulo. (Bank Of London, 1957) A empresa não enfrenta dificuldades durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), pelo contrário. As mudanças advindas do mundo financeiro consolidam os interesses de banqueiros de Londres, e um de seus mais antigos e importantes bancos, a "*Lloyds Bank Limited*" compra grande parte se deu capital.

No Brasil, a instituição financeira resguardando os interesses de Londres no país era o *London and Brazilian Bank*, abrindo no ano de sua fundação, 1862, uma ramificação no Rio de Janeiro, e em pouco tempo filiais em Pernambuco e Bahia. Em 1864 o país enfrenta crise monetária, na qual a instituição fora obrigada a fechar, se reorganizando no ano de 1871. A partir de então, a empresa se reorganiza e abre filiais em Manaus, Pará, Maranhão, Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande do Sul.

Apenas cinco anos depois, em 1923, *Lloyds Bank* compra também o *London and Brazilian Bank*, adquirindo assim controle de suas filiais brasileiras. É importante notar que ambas as instituições, antes do ano de 1888, mantinham conexões com escravidão, algo que a *Lloyds Banking Group* não esconde, estando esta informação na seção "*Heritage*" de sua página. É aqui incluído para que não seja esquecido que em meio a uma história bem-sucedida de um banco, com crescimento financeiro e estabilidade para os governantes dos países envolvidos, há o lado muitas vezes ocultado de relatos. De acordo com a página da *Lloyds Banking Group*, a empresa era financiadora de plantações de café, as quais possuíam seu baixo custo de produção graças à mão de obra escravizada.

Em 1922 Edward Guy Paton é transferido de Recife para Maceió na função de gerente da filial do *The London and Riverplate Bank*, mesmo ano em que funda, de iniciativa própria, o Jaraguá Tennis Club. De acordo com publicação do time, tal decisão fora tomada no primeiro andar da agência, referida como nova em 1922. (JTC, 2023) Apesar desse relato, a data exata da construção não fora encontrada em pesquisa, já que é referenciada como

agência existente em 1909 pelo “*Almanak Laemmert*”, jornal carioca em circulação de 1891 a 1940 e no ano de 1911, no jornal “*The Brazilian Review*”.

Figura 43: Logo do *Bank of London and South America (BOLSA)*, 1914



Fonte: Lloyds Banking Group, 2023.

Uma instituição após a outra, *Lloyds Banking Group* adquire as filiais britânicas operantes na América do Sul, culminando na amálgama vista na Figura 44, a chamada BOLSA ou BLSA (*Bank of London and South America*). Tal denominação passa a ser utilizada em 1936, tendo sido feita uma mudança na fachada da edificação em meados de tal data para acomodar a mudança de gerência, sendo ainda encontrada na fachada da edificação aqui estudada.

Figura 44: Ampliação do entablamento da edificação nº 608, Rua Sá e Albuquerque, o antigo banco de Londres, com BLSA gravado na fachada.



Fonte: elaborado pela autora, 2022

O levantamento cadastral foi feito apesar de limitações ao acesso à edificação, tendo sido realizado em duas visitas físicas. O mesmo se encontra no Apêndice 1 ao final deste documento, junto às plantas técnicas. O primeiro contato com a edificação aconteceu em visita ao bairro durante a matéria de restauro, na qual a turma transitou principalmente pela SPR-1. No deslocamento do MISA para a Associação Comercial encontra-se a edificação aqui apresentada. À época possuía ainda cobertura, visível através de uma porção ainda não entaipada de sua entrada principal. Além disso, o piso podia

ser visto mais claramente do que no evento do levantamento, tendo se passado aproximadamente 3 anos entre eventos. Na época não foram tiradas

fotos, por receio que a estrutura da cobertura, visivelmente comprometida apesar de existente, pudesse colapsar.

No dia do levantamento, no entanto, não existia a cobertura, apenas alguns elementos dispersos como a tesoura e caibros na Figura 45, e resquícios de telhas coloniais como na Figura 46. A partir desses vestígios se pôde determinar o material da cobertura e sua quantidade de águas.

Figura 45: Elementos residuais de cobertura



Fonte: elaborado pela autora, 2022.

Figura 46: Última porção de telhas da edificação



Fonte: elaborado pela autora, 2022.

Começando pela fachada, apesar do abandono e falta de manutenção, a integridade física foi mantida; caixilhos de madeira e bandeiras mantiveram seu formato original indicando folhas de pinázio, estando desprovido apenas do fechamento de vidro; os vãos da entrada original apesar de entaipados deixaram a marca de sua existência; elementos decorativos sofreram danos por anos de poluição, elementos naturais e falta de manutenção, porém em sua maioria perdurou o suficiente para poder ser recuperado ou, nos locais ausentes e quebrados, ter sua unidade potencial restabelecida a partir do espelhamento de elemento presente, sendo a fachada simetricamente igual delimitando um eixo vertical em seu centro.

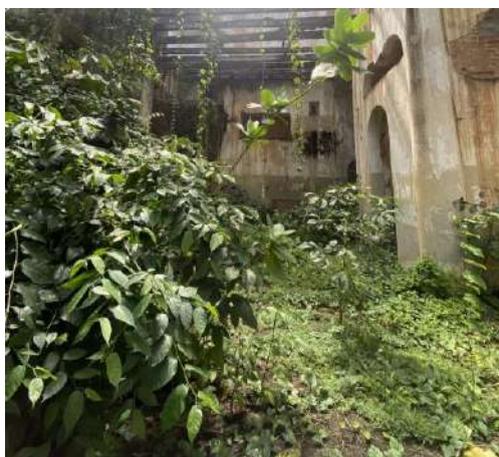
Figura 47: Fachada principal da edificação, em vermelho a linha demonstra a simetria vertical existente em seu projeto original



Fonte: elaborado pela autora, 2022

Havia vegetação em toda extensão da edificação, cobrindo parcial ou inteiramente o piso, com arbustos ultrapassando 2m e relvado 1,30m de altura, dificultando a locomoção e medição correta dos vãos, trepadeiras se alastravam até a altura do segundo pavimento, ocultando esquadrias. Não só a vegetação se apoderava do bem, foram encontradas evidências da ocorrência de atividades humanas no lote, como colchões embaixo da escada, copos, isqueiros e outros itens.

Figura 48: Interior da edificação tomado por vegetação



Fonte: elaborado pela autora, 2021

Pôde-se observar também o material empregado a partir de fragmentos de alvenaria sem reboco, e quais possíveis cores a edificação já apresentou, ao menos internamente, variando entre tons de verde, rosa, branco e cinza. Essas tonalidades inspiraram a paleta de cores para o mobiliário do projeto, de forma a conservar esta parte de sua história em um projeto com suas cores suaves e lúdicas.

Figura 49: Paredes com alvenaria estrutural de tijolos cerâmicos maciços, *brick masonry*, salientados.



Fonte: elaborado pela autora, 2022.

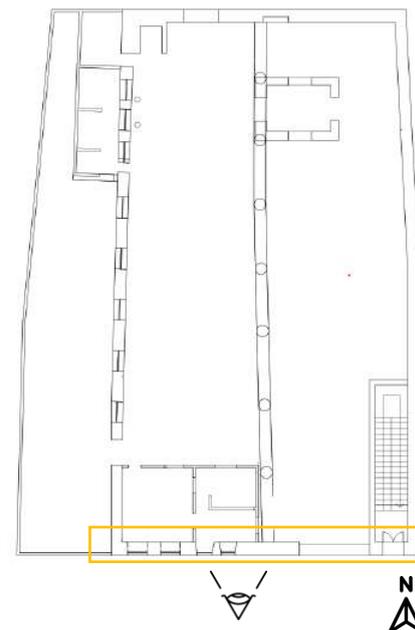
### 3.2 - Mapeamento de danos e prognóstico

Essa etapa sintetiza as informações obtidas até então. Contém o prognóstico apresentado em forma de fichas de identificação, uma representação gráfica contendo qual parte está sob análise, seu estado de conservação, quais danos sofrera e suas causas. Não foram encontrados registros internos como comparativo de sua estrutura à época, constando aqui os danos existentes sem ponderar sobre como a divisão interna pode ter sido. Para além do que o Bem pode mostrar ou indicar em vestígios deixados até o momento deste registro, não será feita uma análise de como a planta baixa pode ter sido.

# Ficha Avaliativa da Edificação

Diagnóstico de Patologias  
Fachada

nº 01/04  
2024

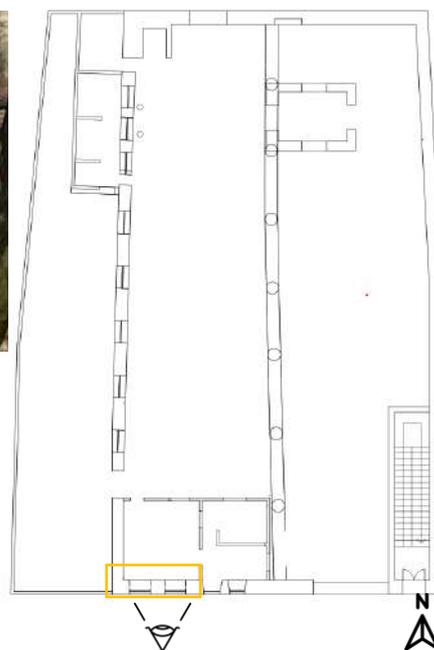


Categoria Analisada	Parede
Material	Alvenaria em tijolos maciços de barro. Toda a extensão da parede, de piso a friso, está pintada em tom amarelo em tinta PVA.
Estado de Conservação	Há degradação visível nas colunas falsas, frisos, cornija e porções em falta ou fragmentando-se. Há também manchas provenientes de escoamento de águas pluviais, principalmente no entablamento e frisos, entre pisos, manchas escurecidas devido a poluição, perda da vivacidade e porções da tinta, também causado possivelmente por intempéries e comprometimento da estrutura. Os componentes em contato com o solo sofrem com a umidade ascendente e corrupção de raízes e caules afetando sua integridade. A simetria vertical foi comprometida com alterações posteriores, perdendo o acesso principal tripartido e centralizado, além de ter sido aberto vão de 4m para portão, na imagem semi vedado em alvenaria, o mesmo aconteceu a 2 janelas na esquerda e a uma porta, aberta posteriormente e cerrada.

# Ficha Avaliativa da Edificação

Diagnóstico de Patologias  
Fachada

nº 02/04  
2024

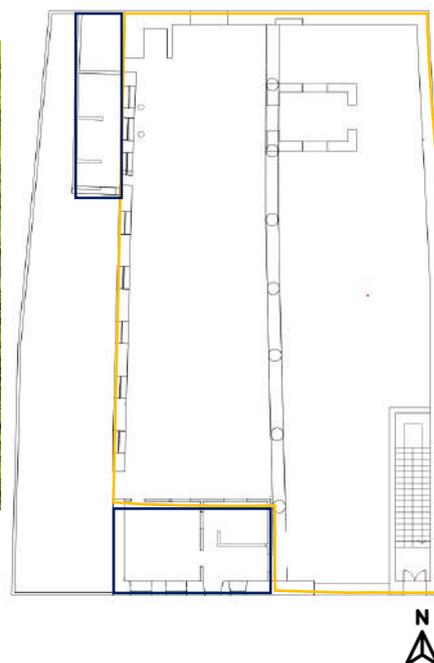


Categoria Analisada	Esquadrias
Material	Esquadria em madeira de lei com folhas de almofada no pavimento superior pintada em cinza, em gradil no pavimento térreo.
Estado de Conservação	As bandeiras em almofada no pavimento superior estão, em sua maioria, presentes, apresentando descascamento da tinta e sujeira. As folhas tanto no primeiro pavimento quanto no térreo estão ausentes. O gradil encontra-se enferrujado pela combinação do descascamento e maresia. Algumas janelas foram entaipadas com tijolos de seis furos, assim como as entradas original e alterada.

# Ficha Avaliativa da Edificação

Diagnóstico de Patologias  
Interior

n° 03/04  
2024



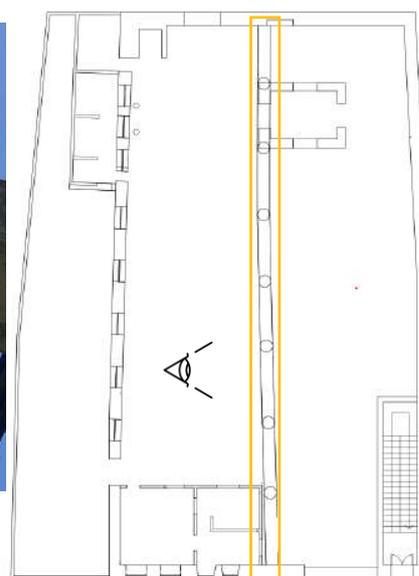
Categoria Analisada	Piso
Material	Taco de madeira em toda a área em amarelo. Não foi possível identificar o material na lateral esquerda. Na área em azul foi identificado piso cerâmico
Estado de Conservação	A maior parte do piso encontra-se ocultada por vegetação. O piso visível de madeira está puído e desgastado, tendo perdido sua coloração original, além de coberto por terra e plantas. Em alguns pontos foi possível observar pedras quebradas, do que se pode supor ser parte de áreas internas diferentes, porém não foi possível denotar esse limite exato, sendo a maior parte visível terra ou taco de madeira. O piso cerâmico da porção acrescida encontra-se sujo, com entulho o encobrindo em partes.

# Ficha Avaliativa da Edificação

Diagnóstico de Patologias  
Interior

n° 04/04

2024



Categoria Analisada	Colunas e ornamentos
Material	Alvenaria em tijolos maciços de barro e argamassa armada. Ornamentos moldados em argamassa.
Estado de Conservação	Todas as colunas centrais estão presentes; há porções faltantes de argamassa perto de sua base, deixando os tijolos e armação à mostra. Apesar de sujos e enegrecidos, os capitéis conservam seus ornamentos em geral intactos em sua forma. As vigas entre colunas encontram-se mais danificadas do que sua contraparte vertical, com fissuras, deslocamento de materiais e degradação por umidade.

A partir dessas informações, o prognóstico geral aponta para reestruturação da fachada de forma a assemelhar-se à obra original como forma de, como Brandi (2019) sugere em relação à refazimentos, absorver os resquícios da obra preexistente ainda óbvios à época do levantamento. Isso inclui, mas não se limita a, reabertura das portas originais e refazimento da janela linceira à mesma, hoje entaipada. Limpeza e remoção de vegetação do lote inteiro, substituição de materiais danificados e imunização dos mesmos. Instalar coberta como indicado no projeto, em reflexo ao modelo que já existiu e segue em uso atualmente.

O pavimento superior, inexistente na data de levantamento de dados, será erigido a partir dos elementos verticais existentes. Esquadrias serão revitalizadas, colocando elementos em madeira e vidro. Os vazios internos serão respeitados, erguendo o mínimo possível de alvenarias para manter a vista panorâmica total existente hoje.

### **3.3 - Abrigo Aconchegue: estudo de caso e projeto**

O aspecto lúdico foi desde o princípio atado à concepção projetual, tanto para se diferenciar de institutos com aparência rígida e paleta fria, quanto de forma a instigar nas jovens as próprias habilidades, convidando-as a se aconchegar de forma suave e sem o peso que abrigos possuem imbuídos desde seu título até suas paredes de concreto.

Como referência estética foi trazida a irreverência que coworkings como o projeto idealizado pela Izaskun Chinchilla Architects, "Utopicus", localizado em Madri, possui. Embora voltado para um uso diferenciado, adapta-se à proposta de dotar os espaços de elementos que despertem a criatividade, o ensino e aprendizagem de ofícios e à interatividade. Com espaços abertos e uma paleta de cores vivas esse escritório criativo se diferencia de corporações cinza nada instigantes. Os arquitetos buscaram reforçar o vínculo entre desenho e usuário através da interatividade e dinâmica do espaço.

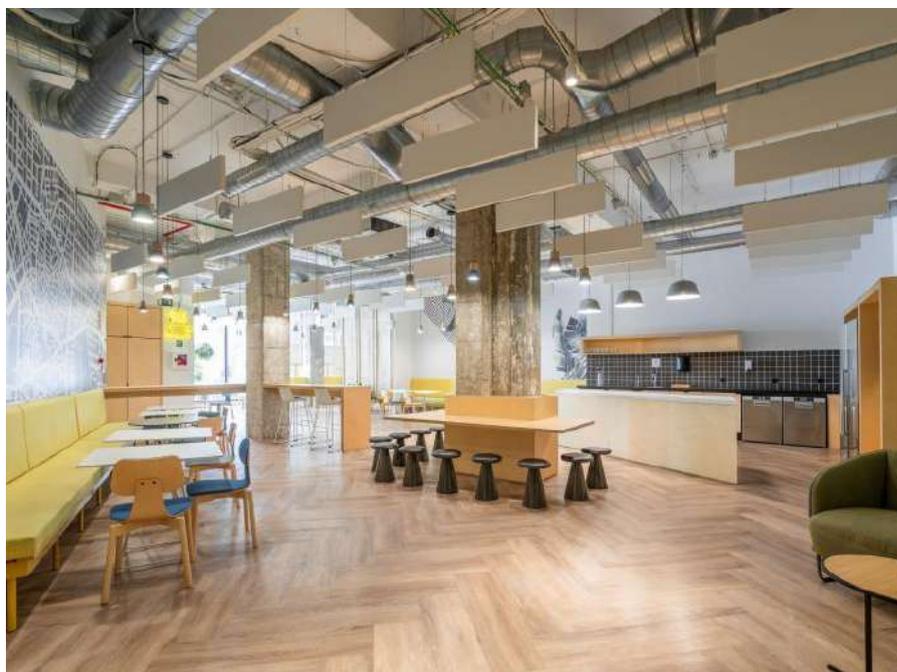
Figura 50: Utopicus Conde de Casal



Fonte: Utopicus Espanha<sup>21</sup>

A unidade “Ramón de la Cruz” possui uma cozinha aberta com proposta similar à aqui adotada, demonstradas nas figuras 50 e 51, com mesas individuais e conjuntas, acesso irrestrito pelo espaço à copa e livre circulação.

Figura 51: Utopicus Ramón de la Cruz



Fonte: Utopicus Espanha

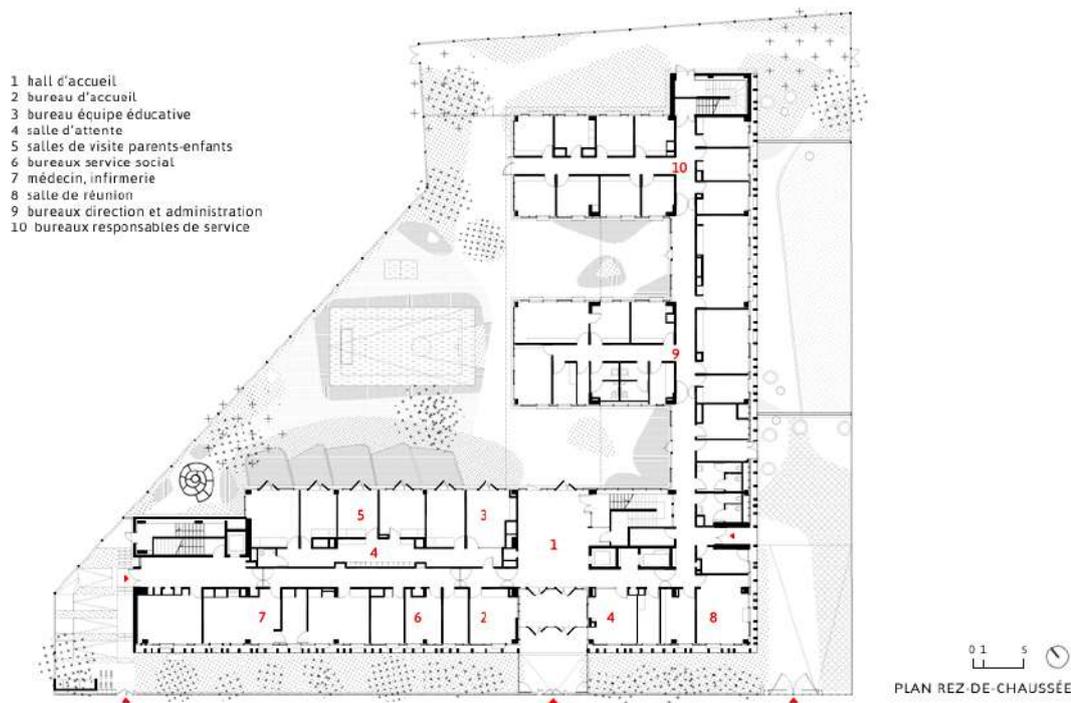
Não se utilizou de referências apenas para a proposta estética, como também delas se extraiu o programa de necessidades. Da Casa de Acolhimento

---

<sup>21</sup> Disponível em: <https://utopicus.es/utopicus-ramon-de-la-cruz>

para Crianças Eleanor Roosevelt<sup>22</sup>, do escritório Marjan Hessamfar & Joe Vérons Arquitetos Associados, foi feito breve estudo de caso, dadas as similaridades como comportar vasta faixa etária e possuir espaços abertos ao público, tornando sua organização parcialmente independente.

Figura 52: Planta baixa Casa de Acolhimento Para Crianças Eleanor Roosevelt, pavimento térreo



Fonte: Marjan Hessamfar e Joe Veróns Arquitetos Associados, 2024

Cada pavimento do projeto possui todos os aparatos necessários para o bem-estar completo de quem o habita, sendo cada andar entendido como uma unidade própria. Esse conceito foi adotado plenamente no abrigo Aconchegue, o térreo pode ser visitado pelo público e o pavimento superior é apenas para moradoras, duas unidades funcionando de forma quase independente. Portanto, assim como no térreo, há uma copa no primeiro andar, estantes com livros, espaço comum para socialização assim como vestiários e um banheiro equipado para pessoas com deficiência.

O ponto focal é a rotina regular, para que os moradores não percebam a situação de risco em que se encontram, para que se sintam seguras. Nesse abrigo, os projetistas idealizaram um espaço que não cortasse vínculos familiares, e sim os vigiasse com bondade e serenidade, mantendo em primeiro plano a proteção, apoio e transição. O projeto possui ao todo 6 andares, número que por si só mostra

<sup>22</sup> Traduzido do francês pela autora

a magnitude do local, algo que difere do abrigo institucional Aconchegue. A referência foi escolhida tanto pelo fundamento filosófico ser semelhante, quanto por poder entender em cada pavimento uma unidade completa.

Trazendo para o Aconchegue, foram utilizadas como necessárias um setor comunitário, presente como as salas de jantar, jogos e esportes na Casa Eleanor Roosevelt (Figura 53), e traduzidas como área comum flexível, área de exposições onde os trabalhos manuais desenvolvidos na maquetaria, – um espaço com as ferramentas de marcenaria e com aparatos necessários em suporte a oficinas de artesanato, onde se sugere também que cursos possam ser ministrados para aprendizado de ofícios como bordado, pintura, costura, entre outros trabalhos manuais, poderiam ser expostos –, biblioteca e cozinha comunitária, na qual se sugere que cursos de culinária sejam ofertados. Ainda em relação a cozinha compartilhada, se sugere que abra às cinco horas para moradoras e sete horas ao público, funcionando até as nove horas da manhã para ambos. O retorno para o almoço de meio dia a uma hora, e jantar de 18h até as 20h. Esses horários foram pensados como sugestão para manter uma rotina às moradoras que permitisse atender desde as que vão cedo para a escola até as que trabalham um horário, apesar de rígidos para o público geral.

O salão de jantar se abre para cozinha e biblioteca, além de não ser rigidamente só para refeições e sim da forma que se fizer necessário. Um divisor entre o ambiente de alimentação e o de aprendizado está na linearidade das mesas de computadores, um elemento trazido para sutilmente segmentar os espaços e proteger os livros sem quebrá-lo visualmente. A despensa é o espaço mais recluso por alvenarias além do banheiro, e ainda assim tem porta voltada para a área comum, dando ideia de acesso.

Figura 53: Vista interna da cozinha e espaço comunitário



Fonte: elaborado pela autora, 2024

Para a liberdade das residentes é interessante que elas aprendam um ofício e possam, no futuro, ter seu próprio sustento. A sala de aula da Casa Eleanor Roosevelt foi trazida para o Aconchegue como auditório e possui acesso próprio pela lateral, possibilitando que aulas sejam ministradas mesmo que a divisão principal do abrigo esteja fechada, como se sugere que seja feita aos fins de semana de forma a limitar o contato externo ao local nos dias úteis da semana.

Figura 54: Área externa, oficina e horta



Fonte: elaborado pela autora, 2024

Outro elemento usado desse programa, no térreo, são as salas de estudos, com a diferença que, pela proposta do projeto Aconchegue de dinamicidade de usos e flexibilidade dos espaços a depender do mobiliário, podem ser utilizadas individualmente ou em grupo com monitorias, para reuniões, encontros familiares, atendendo a uma gama de necessidades que o pavimento ilustrado na Figura 53 divide em pequenas salas com usos semelhantes; há o hall de acolhimento (1), a sala de acolhimento (2), a sala da equipe educativa (3), sala de atendimento (4), sala de visitação entre pais/crianças (5), sala de serviços sociais (6), sala de reuniões (8), todas as quais podem ser condensadas nesses espaços adaptáveis pela dimensão menor do projeto. Não se terá uma equipe de professores ou serviços sociais fixa para justificar tal fracionamento. Definindo cronograma com horários de uso, essas necessidades são supridas nesses espaços multiuso (Figuras 55, 56 e 57).

Figura 55: Vista das salas de estudos a partir da cozinha



Fonte: elaborado pela autora, 2024.

Figura 56: Vista do jardim interno e aberturas das salas



Fonte: elaborado pela autora, 2024

Figura 57: Vista superior de uma sala de estudos e sugestão de mobiliário



Fonte: elaborado pela autora, 2024

As salas de estudo têm portas camarão voltadas para o jardim interno, de forma a integrá-las ao espaço arborizado mantendo a opção de serem fechadas para maior privacidade. Acima do jardim há um vão até o andar superior, dando mais uma opção de vista para além daquelas da fachada e de seus quartos, um aspecto pensado também para o melhor conforto térmico interno, trazendo um pouco da realidade entremeada por vegetação em que a edificação se encontra, mesmo que sutil e organizadamente.

As aulas são ministradas no auditório tangente à edificação principal, de forma a poder limitar mais o acesso externo, pensando em ocasiões em que se queira fechar a construção principal como um todo para as residentes mantendo ainda aulas acontecendo sem interferir nisso. O exterior possui também uma oficina de marcenaria, na qual se sugere que aulas sejam ministradas para gerar renda às residentes, em cursos profissionalizantes práticos, em apoio aos cursos teóricos no auditório. Entre esses dois espaços há uma horta tanto para ensinar a lidar com a terra quanto para oferecer subsídios à cozinha.

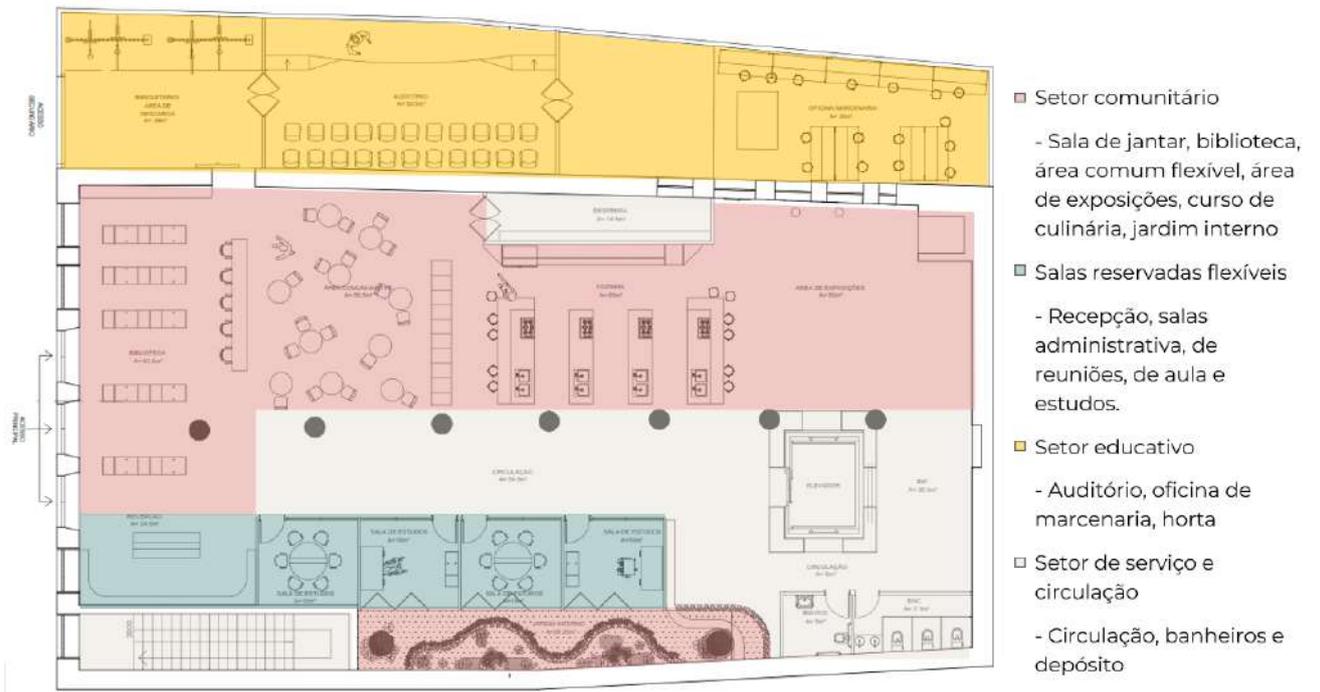
Todos os espaços divididos e paredes erigidas comportam cobertura de telhas sanduíche HAUS, apoiadas em treliça plana espacial, que lhes confere luminosidade e ventilação, além da ideia de desprendimento e diminuição do alto pé direito, conferindo sensação de aconchego. Não se nega a monumentalidade do projeto original, feito de forma a impressionar e demonstrar o poder da instituição bancária original, nem se pretende destruí-la, apenas a altera em pontos chave em que a sensação intimista se é bem-vinda. As paredes em si são feitas de

material semelhante, painéis térmicos isojoint, que conferem grau de isolamento acústico. Apesar do andar inteiro ter o conceito aberto inclusive em relação à rua, tanto para que as moradoras que já possuem emprego possam melhor transitar, quanto para que seja utilizado pela comunidade, não é possível que a porta esteja aberta sem supervisão, um cadastro é recomendado para a utilização desse local, além de adotar medidas de segurança como um cartão de biblioteca, para controle dos materiais emprestados, além de ser dada preferência ao sexo feminino.

Ainda em relação a segurança das habitantes, o elevador é de uso exclusivo de moradores, assim como o acesso ao pavimento superior, feito pela entrada lateral protegida por biometria, e elevador, com horários limite para entrada e sem acompanhantes. Assim o pavimento superior reflete esse princípio, ao mesmo tempo que confere a quem o utiliza privacidade.

A setorização do pavimento térreo, se organiza como ilustrado na Figura 58; o setor comunitário com sala de jantar, biblioteca, área comum flexível, área de exposições, curso de culinária, jardim interno destacados em rosa. Salas reservadas flexíveis para abarcar reuniões pedagógicas, aulas particulares ou em conjunto, encontros supervisionados entre parentes e residentes em verde. Em amarelo, o setor educativo possui auditório para aulas, incluindo cursos profissionalizantes, oficina de marcenaria e horta entre as duas.

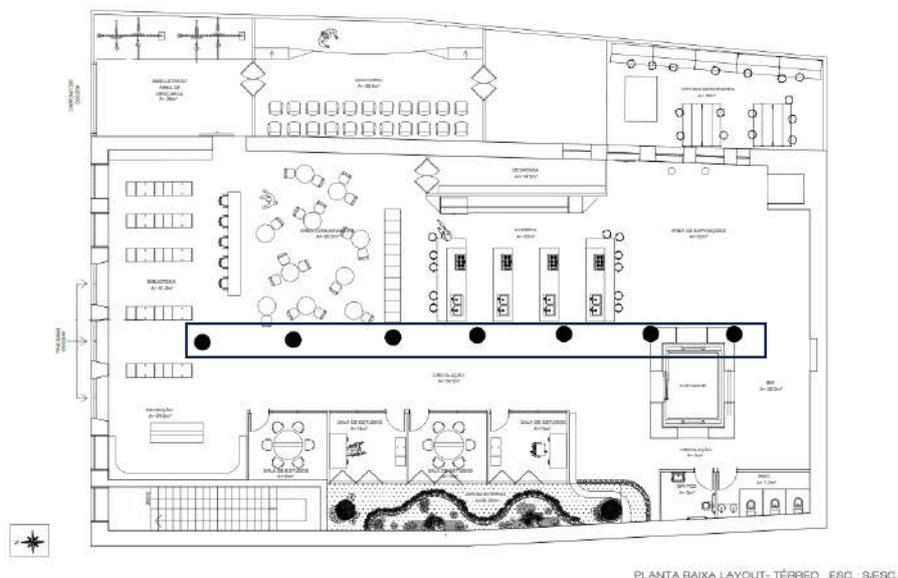
Figura 58: Setorização do abrigo, pavimento térreo



Fonte: elaborado pela autora, 2024.

O abrigo Aconchegue foi idealizado tendo as colunas em estilo coríntio como maior separador visual do plano térreo, no eixo demarcado na Figura 59, sendo o próprio mobiliário separador de ambientes, para manter a fluidez do espaço, assim como referência à memória de que, por um período esse vão livre existiu, predominando ausências – de coberta, alvenarias, manutenção, atenção – e sobreviveu.

Figura 59: Planta baixa demonstrando colunas como limitante visual



Fonte: elaborado pela autora, 2024

A ausência de barreiras físicas foi mantida, sem, portanto, inserir paredes internas bloqueadoras de visibilidade, ressignificada como fonte de segurança e entremeada de móveis. As mesas na sala comunitária entre a cozinha e a biblioteca podem ser usadas como local de estudo – com disposição semelhante àquela da biblioteca da UFAL –, e para refeições, conversa, descanso e jogos.

As cores escolhidas identificadas no levantamento, foram observadas como sendo utilizadas uniformemente no interior da edificação no decorrer de anos (Figuras 60 e 61). Os tons de verde, rosa e branco, encontrados durante o levantamento dentre descamações de tinta por todo o interior, permeiam o projeto junto ao uso da madeira e vegetação.

Figura 60: Foto ampliada da alvenaria com descamação de tinta



Fonte: elaborado pela autora, 2022.

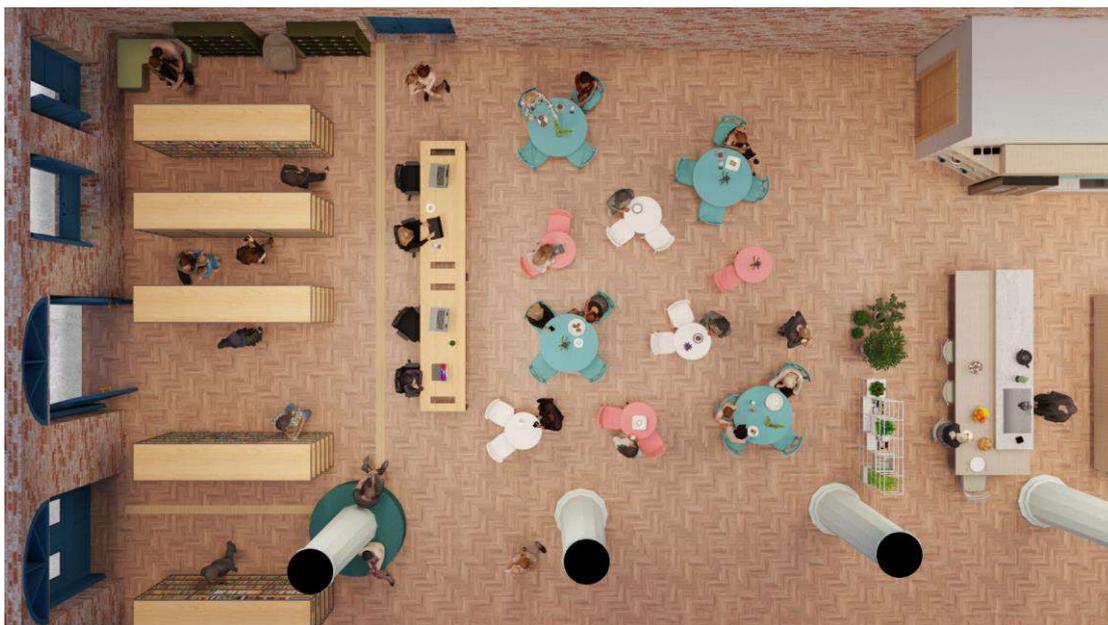
Figura 61: Paleta utilizada no projeto, inspirada por elementos encontrados durante levantamento



Fonte: elaborado pela autora, 2024

Foi retirada a tinta e argamassa desgastada e se optou pelos tijolos a mostra, deixando as cores como detalhe no mobiliário em homenagem ao encontrado *in loco*. A biblioteca, à esquerda na Figura 62, é delimitada espacialmente pela área de estudos equipada com computadores, mantendo visibilidade para o espaço comunitário à direita com as mesas do refeitório podendo ser utilizadas conforme a necessidade.

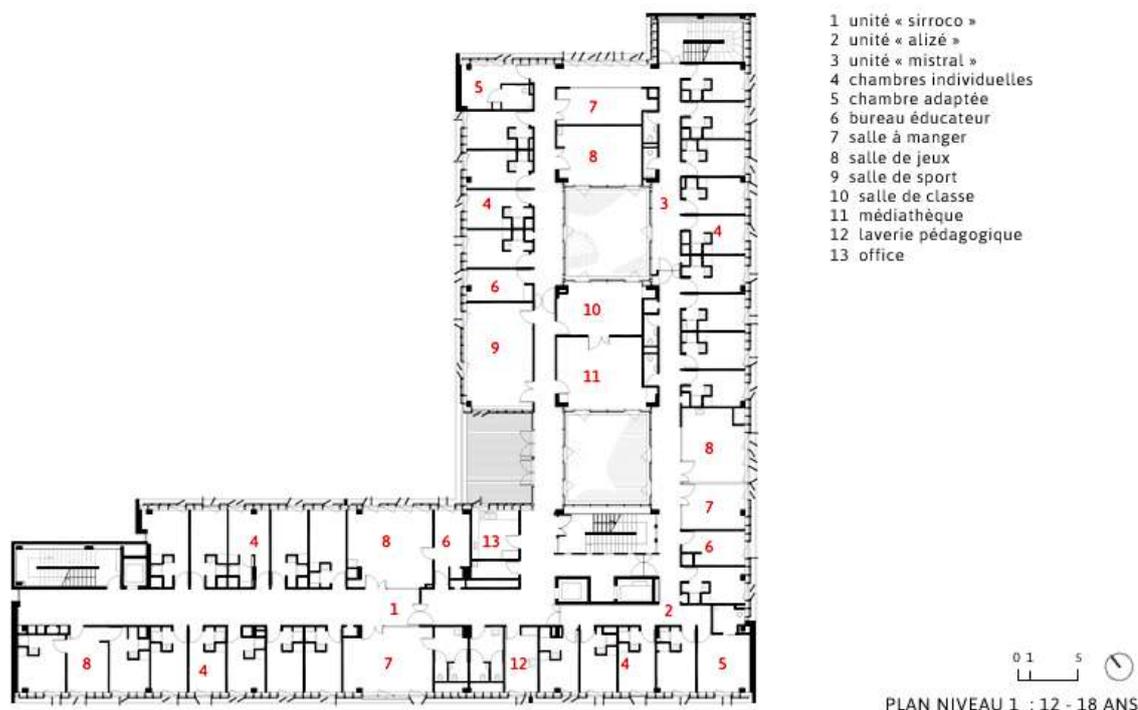
Figura 62: Recorte da biblioteca, refeitório e parte da cozinha, localizados no térreo do projeto



Fonte: elaborado pela autora, 2024

Partindo para o pavimento superior, a Figura 63 demonstra a planta baixa do nível em que ficam crianças e adolescentes entre 12 e 18 anos, escolhida como base para o programa do primeiro pavimento pela similaridade etária. Contém em ordem numérica a unidade “sirroco” composta por 10 quartos individuais, uma sala de jantar e duas salas de jogos, a unidade “alizè” com 9 quartos individuais, 1 quarto adaptado, 1 escritório pedagógico, 1 sala de jantar e uma de jogos, por fim, a unidade “mistral”, contendo os mesmos elementos da anterior. Em um corredor não numerado fica o setor administrativo, com uma sala pedagógica, um escritório, uma lavanderia, academia, sala de aula e lavanderia. Cada uma dessas unidades possui portas para que possam se isolar entre si, dada a quantidade de ocupantes. Essa divisão para o Aconchegue em sua dimensão não é necessária, tendo sido considerada para o projeto a setorização e componentes.

Figura 63: Planta baixa Casa de Acolhimento Para Crianças Eleanor Roosevelt, pavimento 2



Fonte: Marjan Hessamfar e Joe Veróns Arquitetos Associados, 2024.

A proposta de ter, em cada andar, uma unidade independente foi grande atrativo na escolha de estudo de caso. O pavimento superior, de acesso restrito para as residentes, possui uma copa apesar de ter uma cozinha no térreo, para lhes dar a liberdade de fazer lanches sem precisar se deslocar até o térreo. Mas se sugere que façam as três principais refeições juntas, no espaço comunitário no pavimento térreo. O programa de necessidades do pavimento superior consiste nos quartos semiprivativos, assim escolhidos para facilitar o acesso de uma funcionária caso uma residente tenha tendências violentas contra si, ou contra outros. Os quartos, ao contrário da Casa Eleanor Roosevelt, não são suítes, para limitar essa possibilidade de que alguma violência seja executada, diminuindo a quantidade de espaços a ser monitorados pelas funcionárias. Os quartos podem ter seu layout modificado de acordo com as necessidades físicas de quem nele se aloja, comportando até 2 pessoas por quarto.

Figura 64: Vista superior de um quarto e sugestão de mobiliário



Fonte: elaborado pela autora, 2024

Há também a possibilidade de converter o quarto para uma mãe com seu filho, adicionando um berço no lugar de uma cama (Figuras 64 e 65), para que as adolescentes não sejam rejeitadas apenas por serem mães, uma realidade que não se deve ser ignorada.

Figura 65: Perspectiva quarto



Fonte: elaborado pela autora, 2024

Banheiros individuais podem ser fatores de risco tratando de adolescentes com históricos complexos, considerando que sem supervisão os aparatos podem ser utilizados para tentativas contra a própria vida e de outros, e a adaptação do banheiro como um todo traria um ambiente semelhante a clínicas de reabilitação psiquiátrica, uma proposta diferente do que se deseja construir no abrigo Aconchegue, que se deve aproximar a uma casa comum o quanto possível. Outro agravante contra a escolha de banheiros individuais para o projeto vem da necessidade de supervisão no uso dessas unidades, algo que vai de encontro com a proposta de maior independência para as residentes e requer um número maior de funcionárias.

Figura 66: Vestiário equipado com banheiro adaptado para pessoa com deficiência

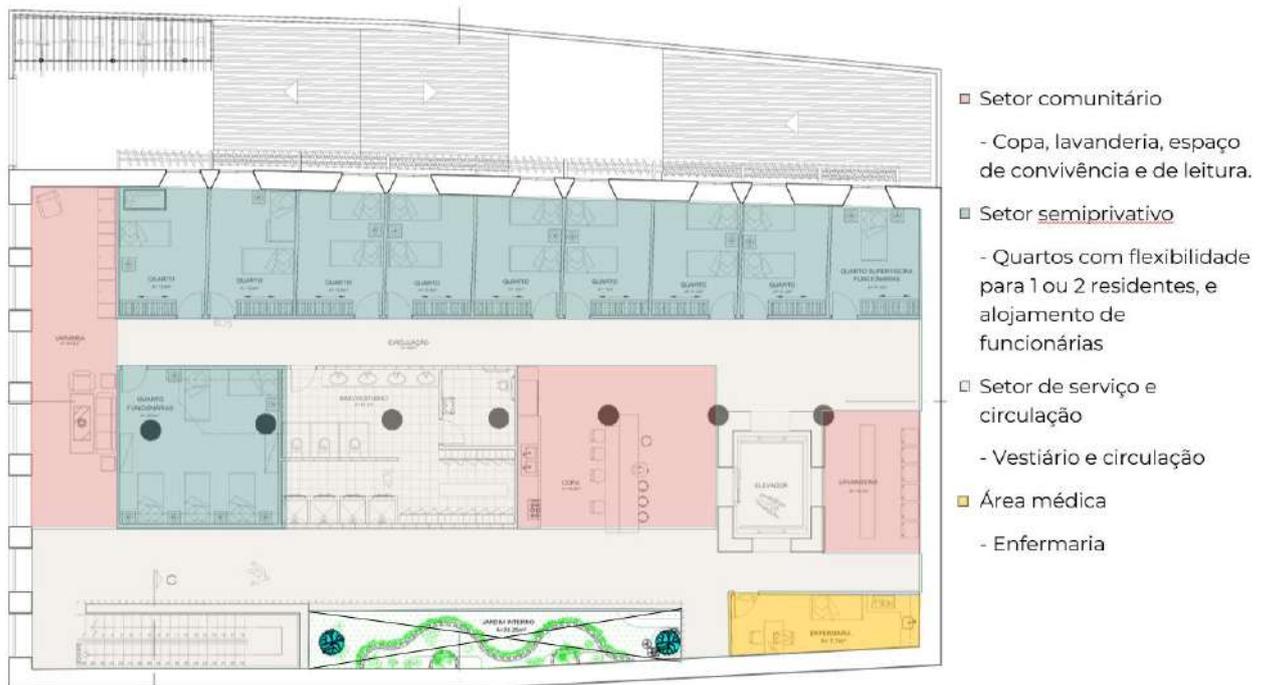


Fonte: elaborado pela autora, 2024

Essa alternativa foi adotada também pelo aspecto prático, de forma a eliminar a necessidade de paredes hidráulicas em cada quarto, e para diminuir a possibilidade de consumo de drogas dentro da instituição. Um vestiário com horários para banho também diminui a quantidade de supervisoras necessárias no local. Além disso há uma lavanderia, para que possam ser responsáveis por seus próprios objetos e tenham uma rotina ao cuidar de suas próprias roupas, espaço de convivência e leitura, e uma enfermaria, apesar da existência de UPA no Jaraguá, uma enfermaria foi considerada vital para o local, podendo abarcar casos menos graves como pequenos acidentes e consulta médica, com suas privacidades e segurança garantidas em uma das únicas salas sem vista direta para áreas comuns.

A sugestão aqui deixada é que, quando não utilizada, a sala permaneça fechada e não seja utilizada sem supervisão. A Figura 67 mostra, em resumo, como se divide esse espaço.

Figura 67: Setorização do abrigo, pavimento superior



Fonte: elaborado pela autora, 2024

Desse programa se adotou, enfim, a lavanderia, quartos, espaço recreativo, uma enfermaria para arcar com pequenos ferimentos e escritório pedagógico no pavimento superior. A sala de jantar foi substituída por uma copa, possibilitando as jovens de cozinhar refeições simples em períodos de lanches, já que as refeições principais são feitas no térreo, utilizando da cozinha comunitária para incentivar socialização.

Figura 68: Renderização da copa



Fonte: elaborado pela autora, 2024

O projeto Aconchegue foi moldado ao redor das necessidades do público-alvo, o qual urge por uma base sólida em que possa confiar ao mesmo tempo em que não precise renunciar à liberdade, em uma tentativa de retirar em parte o peso e desconfiança que o termo “instituição” carrega.

O trabalho como um todo possui também o intuito de iniciar debates sobre a utilização de edifícios históricos com o objetivo de agir na estrutura da cidade, dando-lhes novos usos, para que ajam de forma mais ativa pelos seus habitantes, em especial àqueles com menos oportunidades.

Em 2024 o antigo Banco de Londres foi restaurado mais uma vez para uma instituição bancária. A movimentação local por instituições em funcionamento apenas em horário local consolida a preocupação com segurança que motivou o local a ser escolhido como habitação. Aqui é reiterado que para Jacobs (1961), a preservação e manutenção do patrimônio centrada nas pessoas locais possibilitam sua continuidade, além de que uma rua se torna segura com o fluxo ininterrupto de usuários, algo possível pela variabilidade de usos nas edificações. Em sua gênese, além de porto comercial, o Jaraguá foi também abrigo aos comerciantes, viajantes do porto, anos depois, foi lar para uma viva comunidade pesqueira, realocada em grande parte contra sua vontade para longe de suas casas, de seu

aconchego. Mantém-se a relevância do presente projeto, sendo reforçada a importância em dar apoio a populações carentes, mostrando que há espaço para elas na cidade.

## 4. Referências

Almanak Laemmert. **Bancos e Companhias de Seguros**, Rio de Janeiro, ed. 00063, 1909. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 10 out. 2023.

Alvez, N. G. F. et al. **A Valorização E A Decadência Da Habitação do Bairro do Jaraguá**, MACEIÓ-AL. Ciências Humanas e Sociais, Maceió, v. 4, n. 2, p. 249-258, novembro 2017.

Ariès, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara

Koogan,1981.

Associação Brasileira De Normas Técnicas. **NBR 6023: Informação e documentação: Referências**. Rio de Janeiro, p. 24. 2002.

Associação Brasileira De Normas Técnicas. **NBR 6029: Informação e documentação: Livros e folhetos**. Rio de Janeiro, p. 162. 2006.

Associação Brasileira De Normas Técnicas. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, p. 162. 2015.

Bowlby, J. **Uma Base Segura**: Aplicaciones clínicas de uma teoría del apego. 1ª ed. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, S.A. 1989.

Brandi, C. **TEORIA DA RESTAURAÇÃO**. 4ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial. 2019.

Brasil. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 jul.

Brito, Ludmila. **Polícia Militar negocia com os manifestantes para a transferência para o Centro Pesqueiro**. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2020/03/04/pescadores-fazem-protesto-contradesocupacao-do-centro-pesqueiro-em-maceio.ghtml>. Acesso em: 20 out. 2022.

Cintra, J. P. **O Mapa das Cortes e as Fronteiras do Brasil**. Boletim de Ciências Geodésicas, Curitiba, v. 18, n. 3, p. 421-445, jul-set 2012.

Costa, C. **Maceió**. Maceió: Sergasa. 1981.

Cunha, C. D. R. E. **Teoria e método no campo da restauração**. Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, v. 19, n. 31, p. 98, 20 jun. 2012.

Dantas, C. L., Tenório, D. A., & Menezes, J. L. **Alagoas Memorável: Patrimônio Arquitetônico**. S. ed. 2011.

Dell'Aglio, D. D.; Hutz, C. S. **Depression and school achievement of institutionalized children and adolescents**. Psicologia, Reflexão e Crítica, v. 17, n. 3, p. 351, 2004.

Dourado, O. **Por um Restauo Urbano**: Novas Edificações que Restauram Cidades Monumentais. Revista de Urbanismo e Arquitetura, Salvador, p. 9-13, dez 2008.

Dos Deputados, Câmara. Câmara dos Deputados. Biblioteca Digital. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/22500>. Acesso em: 20 de ago. de 2021.

Dphc, **Zonas Especiais de Preservação Cultural ZEP-1 – Jaraguá**, Listagem Complementar: Imóveis de Preservação Rigorosa-2, situados no Setor de Preservação de Entorno, SPE 1 e 2 da ZEP 1 – Jaraguá, Maceió, SEMPLA, mar. 2009, Esc. 1/4000.

Duarte, A. G. **Referências Culturais Enquanto Processo Histórico de Ocupação no Litoral Norte de Maceió**: em ameaça ou em nova acomodação? 2019. Tese (Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.

Farias, M. **Centro Pesqueiro de Jaraguá é inaugurado, mas só vai funcionar após capacitação de pescadores**. G1 AL. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2019/05/06/centro-pesqueiro-de-jaragua-e-inaugurado-mas-so-vai-funcionar-apos-capacitacao-de-pescadores.ghtml>. Acesso em: 06 fev. 2022

Fortes, C. N. D. R. **Um Porto Atlântico Colonial Da América Portuguesa**: A Participação de Jaraguá na Formação do Território Alagoano e na Gênese Da Cidade De Maceió. 2018. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

Federal, Governo. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei federal, v. 8, 1990.

G1 Redação. **Comitê Gestor do Centro Pesqueiro discute ações para os próximos meses**. Prefeitura de Maceió. AL. 2021. Disponível em: <https://maceio.al.gov.br/noticias/semtel/comite-gestor-do-centro-pesqueiro-discute-acoes-para-os-proximos-meses>. Acesso em: 06 fev. 2022.

G1 Redação. **Justiça Federal cobra desocupação da favela de Jaraguá, em Maceió**. G1 AL. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2015/06/justica-federal-cobra-desocupacao-da-favela-de-jaragua-em-maceio.html>. Acesso em: 06 NOV. 2022.

Gehring, J.; Gehring, A. **A Acessibilidade nas Cidades Históricas**. Projetar, Natal, v. 4, n. 1, p. 100-110, abril 2019. ISSN 2448-296X.

Gomes, Í. M. de O.M.G. **Reabilitar o edifício Palmares**: Proposta de reabilitação arquitetônica do edifício Palmares no Centro de Maceió/AL. Tese (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.

Hashimoto, L. M. **Casa-Lar**: acolhimento de crianças e adolescentes. Tese (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Ciência e Tecnologia "Júlio Mesquita Filho". Presidente Prudente, 2012.

História de Alagoas. Rua Sá e Albuquerque, a Rua da Alfandega do velho Jaraguá. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/rua-sa-e-albuquerque-e-a-rua-da-alfandega-do-velho-jaragua.html>. Acesso em: 29 maio 2021.

Hutz, C. S.; Koller, S. H. **Methodological and ethical issues in research with street children**. New Directions for Child and Adolescent Development, v. 1999, n. 85, p. 59–70, 1999.

Hutz, C. S.; Koller, S. H. **Questões sobre o desenvolvimento de crianças em situação de rua**. Estudos de Psicologia (Natal), v. 2, n. 1, p. 175–197, jun. 1997.

IBGE. **Maceió Histórico**. 2014. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/maceio/historico>. Acesso em: 14 ago. 2022.

Instituto Fazendo História. Fazendo história, 2018. **AS MODALIDADES DE ACOLHIMENTO NO BRASIL, SUAS ESPECIFICIDADES E DIFERENÇAS**. Disponível em: <https://www.fazendohistoria.org.br/blog-geral/2018/5/9/as-modalidades-de-acolhimento-no-brasil-suas-especificidades-e-diferenas>. Acesso em: 06 nov. 2022

Instituto Fazendo História. **Adolescentes em Transição**: Preparação para a vida autônoma, fora das Instituições de Acolhimento. São Paulo: Instituto Fazendo História, 2011. Disponível em:

[https://static1.squarespace.com/static/56b10ce8746fb97c2d267b79/t/5d36225a42b5000001a7fffc/1563828834492/Sistematiza%C3%A7%C3%A3o\\_WEB.pdf](https://static1.squarespace.com/static/56b10ce8746fb97c2d267b79/t/5d36225a42b5000001a7fffc/1563828834492/Sistematiza%C3%A7%C3%A3o_WEB.pdf). Acesso em: 22 abr. 2023.

Jacobs, J. **Morte e vida de grandes cidades**. 3ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes. 2011.

Kühl, B. M. **História e ética na conservação e na restauração de monumentos históricos**. Revista CPC, v. 0, n. 1, p. 16, 1 abr. 2006.

Kühl, B. M. **Cesare Brandi e a teoria da restauração**. Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, v. 0, n. 21, p. 197, 1 jun. 2007.

Lloyds Banking Group. **Our Heritage**. Disponível em: <https://www.lloydsbankinggroup.com/who-we-are/our-heritage/lloyds-bank.html>. Acesso em: 10 out. 2023.

Luz, I. B. C. **CASA LAR NEGUEBE**: referência de casa de acolhimento para crianças e adolescentes. Tese (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Centro Universitário de Maringá, UniCesumar, Maringá, 2017.

Marchioni, A. **Comunidade Da Vila Dos Pescadores Do Jaraguá, Maceió/Al e a (IN) Efetividade do Direito Internacional (“Direito à Moradia Adequada”)**. Revista Eletrônica do Mestrado em Direito da UFAL. v. 7, n. 1, p. 29-40. 2016. ISSN 2237-2261

Muniz, B. M., R. V. O. M. **Alagoa do Sul de Vila à Cidade**: memórias urbanas na perspectiva da. 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, Paraty, 10 a 14 maio 2011. 1 - 12.

Menezes, J. L. M. **Arte e Arquitetura**: após a separação. Alagoas Memorável: Patrimônio Arquitetônico, Maceió, n. s. ed., p. 25-27, 2011.

Menezes, J. L. M. **Pernambuco**: conquistado e restaurado. Alagoas Memorável: Patrimônio Arquitetônico, n. s. ed., p. 23-24. 2011.

Menezes, J. L. M. **Um Nordeste**: cultural e artístico. Alagoas Memorável: Patrimônio Arquitetônico, n. s. ed., p. 19-22. 2011.

Mesquita, Pedro. **Moradores ficam indignados com a saída da Vila dos Pescadores**. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2015/06/comeca-operacao-para-desocupar-favela-de-jaragua-em-maceio.html>. Acesso em: 20 out. 2022.

Neoliberalismo. *In*: Oxford Languages. Oxford University Press. Disponível em: [https://www.google.com/search?q=neoliberalismo+defini%C3%A7%C3%A3o+oxford&sxsrf=AOaemvJXWdCjsjtz-9lytVGFamcfnRAHdQ%3A1638377445640&ei=5aenYczMJpS\\_5OUP\\_a6euAE&ved=0ahUKEwiM057Nh8P0AhWUH7kGHX2XBxcQ4dUDCA4&uact=5&oq=neoliberalismo+defini%C3%A7%C3%A3o+oxford&gs\\_lcp=Cgdnd3Mtd2l6EAMyBwghEAoQoAE6BwgjELADECc6BwgAEEcQsAM6BwgAELADEEM6BQgAEIAEOgYIABAWEB46BQghEKABSgQIQRgAUKUPWL0oYLspaAJwAngAgAH0AYgBkAuSAQUwLjMuNJgBAKABAcgBCsABAQ&scIent=gws-wiz](https://www.google.com/search?q=neoliberalismo+defini%C3%A7%C3%A3o+oxford&sxsrf=AOaemvJXWdCjsjtz-9lytVGFamcfnRAHdQ%3A1638377445640&ei=5aenYczMJpS_5OUP_a6euAE&ved=0ahUKEwiM057Nh8P0AhWUH7kGHX2XBxcQ4dUDCA4&uact=5&oq=neoliberalismo+defini%C3%A7%C3%A3o+oxford&gs_lcp=Cgdnd3Mtd2l6EAMyBwghEAoQoAE6BwgjELADECc6BwgAEEcQsAM6BwgAELADEEM6BQgAEIAEOgYIABAWEB46BQghEKABSgQIQRgAUKUPWL0oYLspaAJwAngAgAH0AYgBkAuSAQUwLjMuNJgBAKABAcgBCsABAQ&scIent=gws-wiz). Acesso em: 01 dez. 2021.

O Clube: HISTÓRIA. **JaraguaTC**, 2023. Disponível em: <https://www.jaraguatc.com.br/>. Acesso em: 10 out. 2023.

Pace, S. A. G. **Proposta de Intervenção no Antigo Banco de Londres, Situado no Sítio Histórico do Bairro de Jaraguá em Maceió – AL**. Tese (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

Pedrosa, J. F. **Histórias do Velho Jaraguá**: Vida e Costumes Sociais. Maceió: Talento. 1998.

Pittol, B. et al. **Implantação da Arquitetura Moderna no Brasil: DAS PRIMEIRAS OBRAS COM ESTILO EUROPEU ATÉ O SURGIMENTO DE UMA LINGUAGEM NACIONAL.** Anais do 15º Encontro Científico Cultural Interinstitucional e 1º Encontro Internacional, Cascavel, 2017. ISSN 1980-7406.

Redação. **Começa operação para desocupar favela de Jaraguá, em Maceió.** G1 AL. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2015/06/comeca-operacao-para-desocupar-favela-de-jaragua-em-maceio.html>. Acesso em: 06 out. 2022.

Reis, Nestor G. **Quadro da Arquitetura no Brasil.** 9ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

Salzgeber, S. B. **Adolescentes em Situação de Rua: desafios e possibilidades.** Revista Responsabilidades, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 323-3433, set. 2011/fev. 2012.

Sant'anna, M. **A cidade atração: a norma de preservação de áreas centrais no Brasil dos anos 1990.** Salvador: EDUFBA. 2017.

Sant'anna, Márcia. **Referências culturais e preservação do espaço urbano.** Patrimônio Mundial. UNESCO, Edição Especial Patrimônio Mundial no Brasil, n. 57, p. 66-69, jul. 2010.

Sanches, C., Farias, M. **Após protestos, prefeitura de Maceió inicia retirada de pescadores da Balança do Peixe de Jaraguá.** G1 AL. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2020/03/04/apos-protestos-prefeitura-inicia-retirada-de-pescadores-da-antiga-balanca-do-peixe-de-jaragua.ghtml>. Acesso em: 06 fev. 2022

Souza, N. **Prefeitura não sabe quantas crianças vivem nas ruas de Maceió.** G1 AL. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2013/07/prefeitura-nao-sabe-quantas-criancas-vivem-nas-ruas-de-maceio.html>. Acesso em: 08 nov. 2021.

Tavares, D. K.; Colvero, Ronaldo Bernardino. Ingleses no Brasil: estilo de viver, estilo de morrer. **Seminário de História da Arte-UFPel**, n. 5, 2015.

Tenório, A. D. **Dos primeiros núcleos à emancipação.** Alagoas Memorável: Patrimônio Arquitetônico, n. s. ed., p. 31 2011.

The London & River Plate Bank Limited. **The Brazilian Review**, Rio de Janeiro, 21 fev. 1911.

TJAL: Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas. **Relatório de Projeção da População.** Disponível em: [tjal.jus.br](http://tjal.jus.br). Acesso em: 20 de maio 2021

Vasconcelos, D. A. L., **Turistificação do Espaço e Exclusão Social: a Revitalização do Bairro de Jaraguá, Maceió – Al, Brasil.**

Zanchetitt, S. M. **CONSERVAÇÃO INTEGRADA E PLANEJAMENTO URBANO: UMA REVISÃO.** p. 18, [s.d.].

\_\_\_\_\_. Prefeitura de Maceió. **Lei Municipal N° 5486** de 30 de dezembro de 2005. Plano Diretor do Município de Maceió.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. 1995. **Plano Setorial de Desenvolvimento Urbano de Jaraguá**. Maceió, fev.

<https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2015/06/comeca-operacao-para-desocupar-favela-de-jaragua-em-maceio.html>

<https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2015/06/justica-federal-cobra-desocupacao-da-favela-de-jaragua-em-maceio.html>